

PARANA: O QUADRO GEOGRÁFICO, HISTÓRICO E ECONÔMICO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO (*)

Maria Adélia Aparecida de Souza

I N T R O D U Ç Ã O

A urbanização é um fenômeno complexo e universal, uma vez que, por toda parte, constatamos mudanças dos gêneros de vida, as quais, por sua vez, implicam numa nova organização do espaço. A urbanização consiste, portanto, numa porção da população total que se caracteriza por uma concentração no espaço.

Assim, para melhor compreensão deste fenômeno, torna-se necessária a análise dos fatores históricos, econômicos, políticos, sociais e outros que permitem o aparecimento e o crescimento das cidades. A urbanização será, portanto, a resultante no espaço (paisagem) da dinâmica e da evolução desses fatores.

A cidade (1), uma das expressões desta concentração que acabamos de mencionar, é um fenômeno tardio na história humana [20]. As cidades com mais de cem mil habitantes aparecem somente na época romana, graças a uma estrutura econômica e militar particular, representada pela Legião Romana.

Somente no século XIX é que vemos aparecer as cidades com um milhão de habitantes, consequência das modificações econômicas, políticas e sociais, devidas à Revolução Industrial.

Contudo, nos países subdesenvolvidos, a urbanização não resulta do desenvolvimento industrial, não obedecendo à idéia industrialização — urbanização.

Seria inútil dizer que os países subdesenvolvidos são países quase que exclusivamente agrícolas, onde frequen-

* Recebido em março de 1968.

temente, o setor primário representa pelo menos 50% da renda global. Torna-se também evidente, que esta vocação agrícola está intimamente ligada ao fato de que êsses países constituem os fornecedores dos mercados internacionais em produtos agrícolas. Isto se explica também pela forte proporção da sua população cuja renda provém do setor agrícola ou daquelas atividades intimamente ligadas a êste setor.

A formação da economia e o desenvolvimento dêsses países dependem inteiramente dos produtos primários e das forças econômicas internacionais. Pelas suas próprias características, trata-se de uma economia orientada para o exterior: encorajamento da agricultura extensiva; infra-estrutura ligada mais à atividade exportadora do que ao desenvolvimento regional, dependência das principais decisões econômicas, da conjuntura internacional, etc. Tais fatos tornam os esforços de "aménagement" do interior, esporádicos e desordenados.

Assim, encontramos nesse mecanismo, as características essenciais da economia e da estrutura agrária dos países sub-desenvolvidos: atividade agrícola voltada para a monocultura ("plantation"); predominância dos latifúndios; uma fraca mecanização compensada pela utilização de mão de obra abundante e barata; tudo isto contribuindo para uma baixa dos custos de produção e uma especulação fundiária, sobretudo nas zonas pioneiras.

Em resumo, é o setor agrícola que vai "dinamizar" a economia e será o seu fator propulsivo.

O processo de urbanização, sendo uma conseqüência direta do desenvolvimento econômico, vai refletir essa situação. Entretanto, nos países subdesenvolvidos, êste processo toma proporções inesperadas, donde o Paraná é um exemplo. Nesses países a urbanização colocará uma gama de problemas sócio-econômicos provocados pelo gigantismo de certas cidades, pela proliferação dos núcleos urbanos e das favelas (as mais dadas nas características podem ser consideradas como "sub-habitat").

Nosso estudo sôbre a urbanização no Estado do Paraná está baseado nas idéias essenciais que acabamos de expôr. Tentar obter, através de uma pesquisa pluri-disciplinar, alguns elementos explicativos dêsse fenômeno, é o nosso objetivo principal.

Nosso trabalho será dividido em duas partes: na primeira lançaremos as bases do nosso estudo, isto é, analisaremos os caracteres geográficos, históricos e econômicos do Paraná; na segunda parte examinaremos o processo de urbanização, como uma consequência da análise precedente.

A documentação utilizada poderá não ser satisfatória. Apesar disso, tivemos a oportunidade de juntar um material bastante interessante, graças à gentileza da "Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas nos Complexos Sociais" (SAGMACS — Economia e Humanismo) e dos técnicos da "Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná" (CODEPAR).

Queremos aqui agradecer ao Professor Celso FURTADO por ter dirigido nosso trabalho, nos transmitindo sempre sua experiência e seu conhecimento sobre os problemas brasileiros.

Nossa gratidão também ao Professor Pierre MONBEIG que jamais deixou de acompanhar nosso trabalho com cuidado e generosidade, durante nossa permanência na França. Seu conhecimento sobre os problemas relativos às zonas pioneiras brasileiras, nos foi de um valor inestimável.

Igualmente queremos agradecer aos Professores Michel ROCHEFORT e Frederic MAURO, pelo interesse que sempre demonstraram pelo nosso estudo, durante os debates que tivemos a oportunidade de ter com eles no Instituto de Altos Estudos da América Latina.

Não poderíamos deixar de mencionar aqui a colaboração dos colegas Ernest REDOMBO, Déa CANOTILHO, Geraldo LAMEGO, Ivone TEIXEIRA, Gilberto RAULINO e Rogério BELDA. A todos, nossos agradecimentos.

PRIMEIRA PARTE

AS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS, HISTÓRICAS E ECONÔMICAS DA URBANIZAÇÃO

Nesta primeira parte tentaremos definir o quadro geográfico, histórico e econômico do Paraná e ressaltar os "fatores propulsivos" do processo de urbanização que será objeto da Segunda Parte.

CAPITULO I

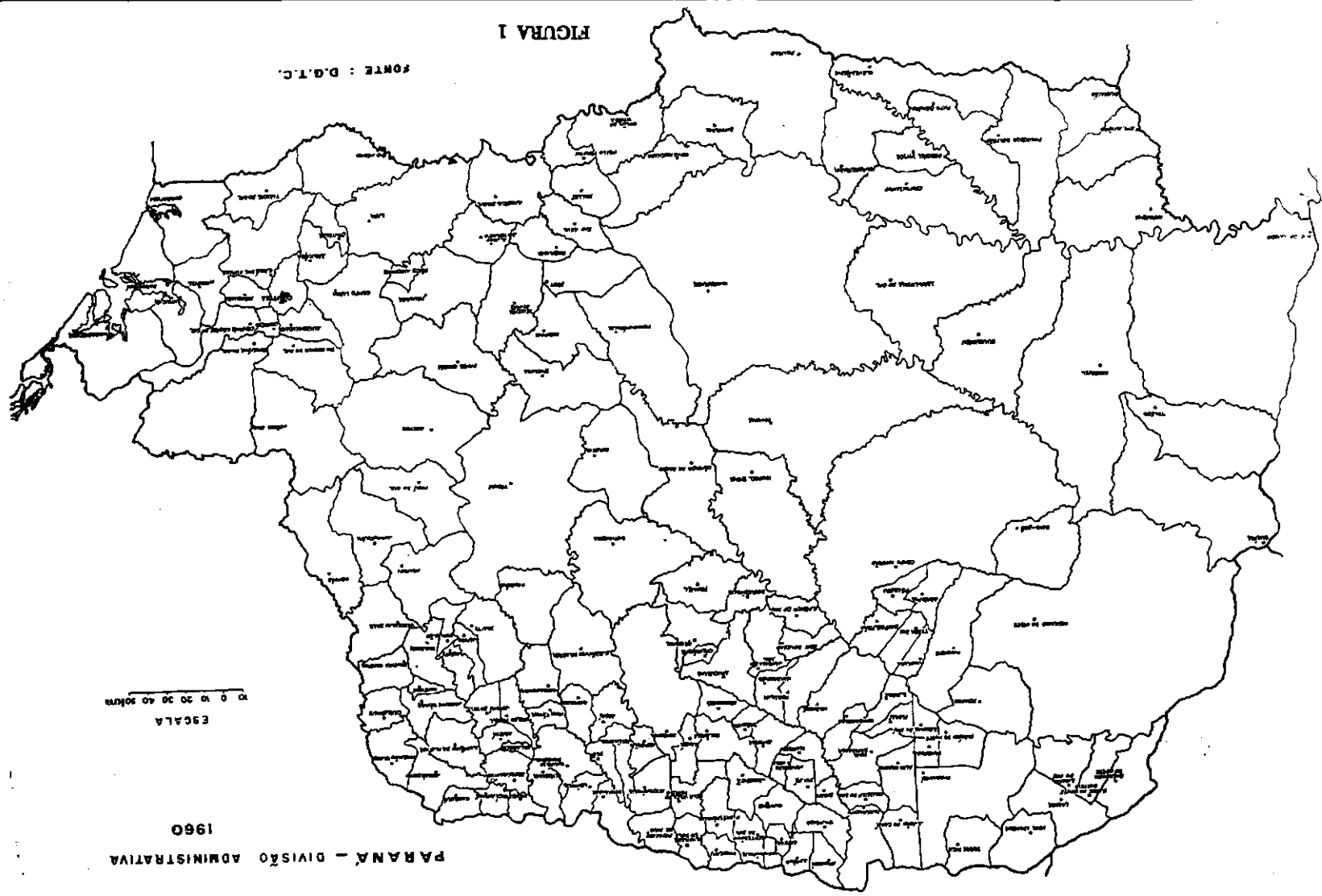
O Paraná: geografia e história

A — GEOGRAFIA

Localizado na região Sul do Brasil conforme a Divisão Regional adotada pelo Conselho Nacional de Geografia, o Estado do Paraná faz parte da Bacia Paraná-Uruguai. Com uma superfície de 199554 km² [15], ou seja 2,34% da superfície do Brasil, ele possuía (1960) 4 110 000 habitantes, com uma densidade de 20,65 habitantes por km² [14]. Ainda em 1960, sua população urbana era de 1 327 982 e sua população rural de 2 949 781 [6].

Seu *relêvo* é caracterizado pelas formas contidas no Planalto Meridional, onde as cinco superfícies estão representadas: a Planície Costeira, a Serra do Mar, o Primeiro Planalto ou Planalto de Curitiba, o Segundo Planalto ou Planalto de Ponta Grossa e o Terceiro Planalto onde dominam as formas de relêvo que os geólogos denominam "trapp", termo sueco que significa escada.

O Paraná está localizado na zona temperada e, apesar disso, possui um clima sub-tropical caracterizado por duas estações: verão e inverno; a temperatura média é de 25°C. no verão e 15°C. no inverno. A penetração da Massa Polar Atlântica durante o inverno ou mesmo no fim do outono vai provocar as geadas prejudiciais à agricultura, sobretudo aos cafézais. Quanto à pluviosidade, as isoletas variam de 1250 mm (para o Primeiro e Segundo Planalto) e 1500 mm



PARANÁ - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

1960

ESCALA
0 10 20 30 40 50 KM

FIGURA 1

FONTE : D.G.T.C.

para a quase totalidade do Terceiro Planalto. O litoral é mais úmido, a pluviosidade atingindo 1750 ou 2000 mm por ano. As chuvas são relativamente bem distribuídas durante o ano, contudo, o inverno permanece a estação mais seca (sobretudo na parte NO do Estado).

Quanto à vegetação [28], o Paraná possui uma grande variedade de formações vegetais, que caracterizam todo o Sul do Brasil: a Mata da Araucária, onde dominam os pinheiros do Paraná, importantíssimos nas atividades ligadas à exploração da madeira, dado seu valor comercial. É, ainda, nesta Mata da Araucária que encontramos a erva mate, cuja folha permite obter chá mate.

A Araucária não cobre uma superfície contínua. Ela se alterna com outra formação vegetal, os "campos" (campos Gerais, campos de Guarapuava, campos de Curitiba, campos de Castro, etc.), dominados sobretudo pelas gramíneas. Os solos dos "campos" são pobres e ácidos, porém, segundo WAIBEL [32], podem ser recuperados para a agricultura.

Uma outra grande formação vegetal é constituída pela Floresta Úmida Subtropical, que é um prolongamento meridional da Floresta Tropical Atlântica, que cobria toda a porção Oriental do Brasil, no início da colonização.

Pode-se distinguir outras formações vegetais no Paraná, tais como as Florestas Tropicais do Planalto: a Mata Tropical de Terra Roxa e a Mata Tropical do Arenito Caiuá (no Norte do Estado); os campos sujos na região de Palmas e Clevelândia; a vegetação do litoral dominada sobretudo pelo mangue e finalmente o cerrado nas regiões do Rio das Cinzas, Sabaudia e Campo Mourão.

Os solos foram, entre os demais recursos naturais, aqueles que mais influenciaram e mesmo determinaram a ocupação do território, sobretudo no Norte do Estado que é um prolongamento das franjas pioneiras paulistas, onde a introdução do café foi favorecida pela qualidade dos mesmos.

Um estudo dos mapas geológicos estabelecidos por MAACK [18] e BIGARELLA [4] nos dá uma idéia dos principais tipos de solos do Paraná (fig 3.)

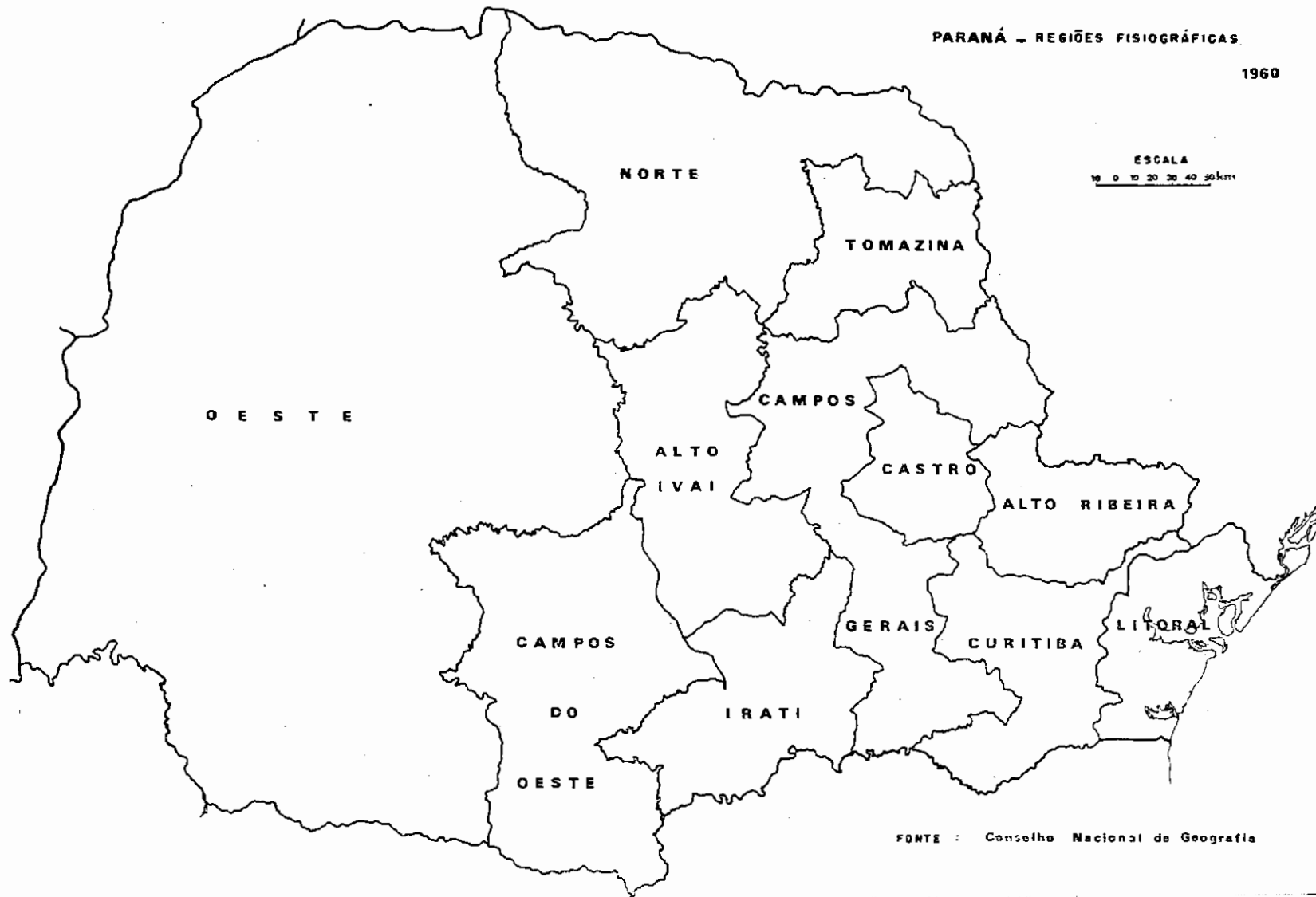
Nós podemos, então, distinguir dois grandes tipos de solos que constituem a base da pedologia norte-paranaense: aqueles derivados do basalto e aqueles derivados do arenito.

PARANÁ - REGIÕES FISIográfICAS.

1960

ESCALA

10 0 10 20 30 40 50km



FONTE : Conselho Nacional de Geografia

O primeiro grupo é aquele constituído pelo prolongamento das camadas de basalto que cobrem uma grande parte do Estado de São Paulo e que invadiram uma grande superfície do Norte do Paraná, dando origem à terra roxa, fator essencial da ocupação, pelas culturas cafeeiras, no Brasil Meridional. É preciso notar, entretanto, que as terras roxas paulistas, nem sempre apresentam as mesmas propriedades das terras roxas do Paraná (8).

Exceto esta imensa mancha de terra roxa, o restante do Norte do Estado é coberto por solos derivados do arenito.

Nós temos assim, no Terceiro Planalto, ao lado da superfície coberta pela terra roxa, o arenito Caiuá no NO do Estado; a parte SO é caracterizada por uma terra roxa, porém com presença de laterita.

O Segundo Planalto é também formado por solos derivados de arenito, porém originados de rochas mais antigas do que aquelas do Terceiro Planalto, constituídas pela série São Bento (Jurássico e Triássico). No Segundo Planalto, os solos resultam da decomposição das rochas mães da série Passa Dois (Permiano), Tubarão (Carbonífero), Campos Gerais (Devoniano) e Açungui (Pré-cambriano). A pobreza desses solos é demonstrada pelas suas coberturas vegetais, os campos.

No Primeiro Planalto, os solos são complexos, (pré-cambriano) exceção feita aos depósitos, quaternários da região de Curitiba. A planície é também formada pelos depósitos aluviais (Quaternários).

Apesar da boa qualidade dos solos, a sua devastação, consecutiva à ocupação, acarreta um problema difícil de resolver. A erosão vem agravar esse problema, não somente nas zonas rurais, como também nas zonas urbanas, sobretudo no Norte e NO do Estado. A cidade de Cruzeiro do Oeste constitui um bom exemplo: suas ruas, completamente erodidas, assemelham-se a verdadeiras ravinas. Como Cruzeiro do Oeste, muitas outras cidades, sobretudo no NO, enfrentam o problema da erosão.

A partir desta análise do quadro geográfico do Paraná, não podemos concluir que o homem não precisou enfrentar grandes obstáculos para sua penetração e expansão das frentes pioneiras. Isto explica, de certa maneira, o desenvolvimento rápido do Estado do Paraná, nos últimos anos.

PARANÁ — PRINCIPAIS TIPOS DE SOLOS

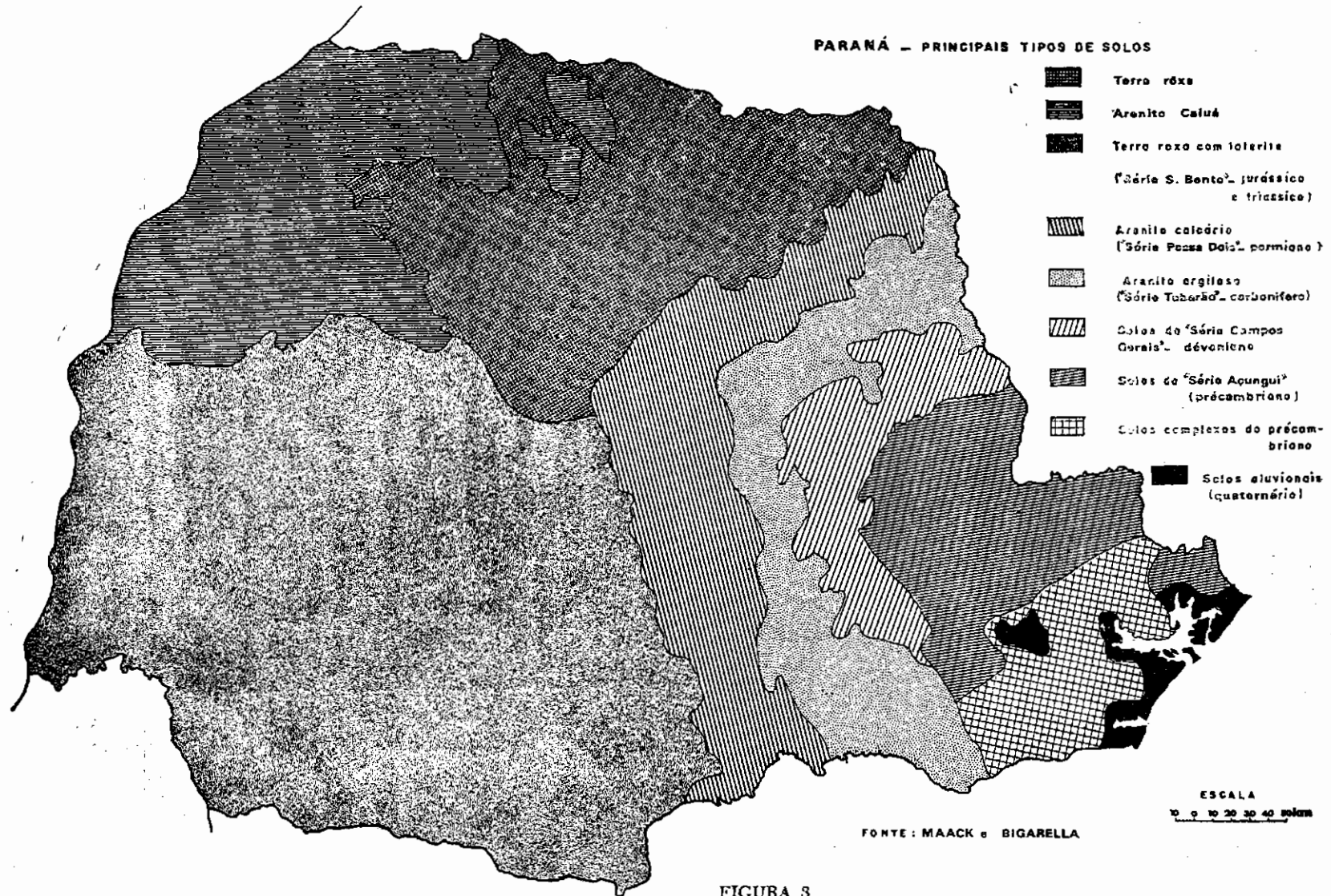


FIGURA 3

B — História — O povoamento e a colonização

O povoamento e a colonização do Paraná (figura 4) foram feitos a partir de quatro elementos, cuja ação foi dividida, no tempo, em três fases sucessivas:

Primeira Fase

Até o início do século XVII, os portugueses se estabeleceram somente no litoral do atual Estado de São Paulo, com um só núcleo no interior, no planalto, a cidade de São Paulo, fundada pelos jesuitas em 1554. Foi somente a partir do século XVII que os portugueses se dirigiram para o sul do Brasil, sempre pelo litoral. Eles chegam assim ao Paraná, em função da descoberta do ouro. Por volta de 1632, Gabriel de Lara fundou o núcleo de Paranaguá, hoje o mais importante porto exportador do Estado. Nesta mesma época vemos nascer Açungui, mais ao Norte e no interior, como um prolongamento das explorações minerais do Ribeira de Iguape, em São Paulo; enquanto isso, do lado ocidental do território, os espanhóis também efetuavam o seu povoamento: eles fundaram em 1557 a "ciudad Real del Guayra" e Vila Rica, mais no interior, em 1576 (na confluência do Corumbataí e do Ivaí). A finalidade desta colonização era a escravização dos indígenas. Esses "territórios" espanhóis foram destruídos pelo bandeirante paulista Antonio Raposo Tavares, em 1632. A Província de Guayra (criada sob as ordens de Felipe II da Espanha) era constituída por treze reduções [19], e seu território era compreendido entre os rios Paranapanema (Norte),: Iguaçu (Sul), Paraná (Oeste) e Tibagi (Este).

Apesar das tentativas de povoamento efetuadas pelos espanhóis no início do século XVII, a ocupação efetiva do Paraná será realizada mais tarde, no sentido Este-Oeste, pelos portugueses.

Segunda Fase

É a fase de ocupação e povoamento do Primeiro e Segundo Planaltos, durante o século XVIII (a região dos campos) pela pecuária, tendo como núcleo Curitiba e indo até Guarapuava. Esta ocupação é estimulada pelo declínio

PARANÁ – ETAPAS DO POVOAMENTO

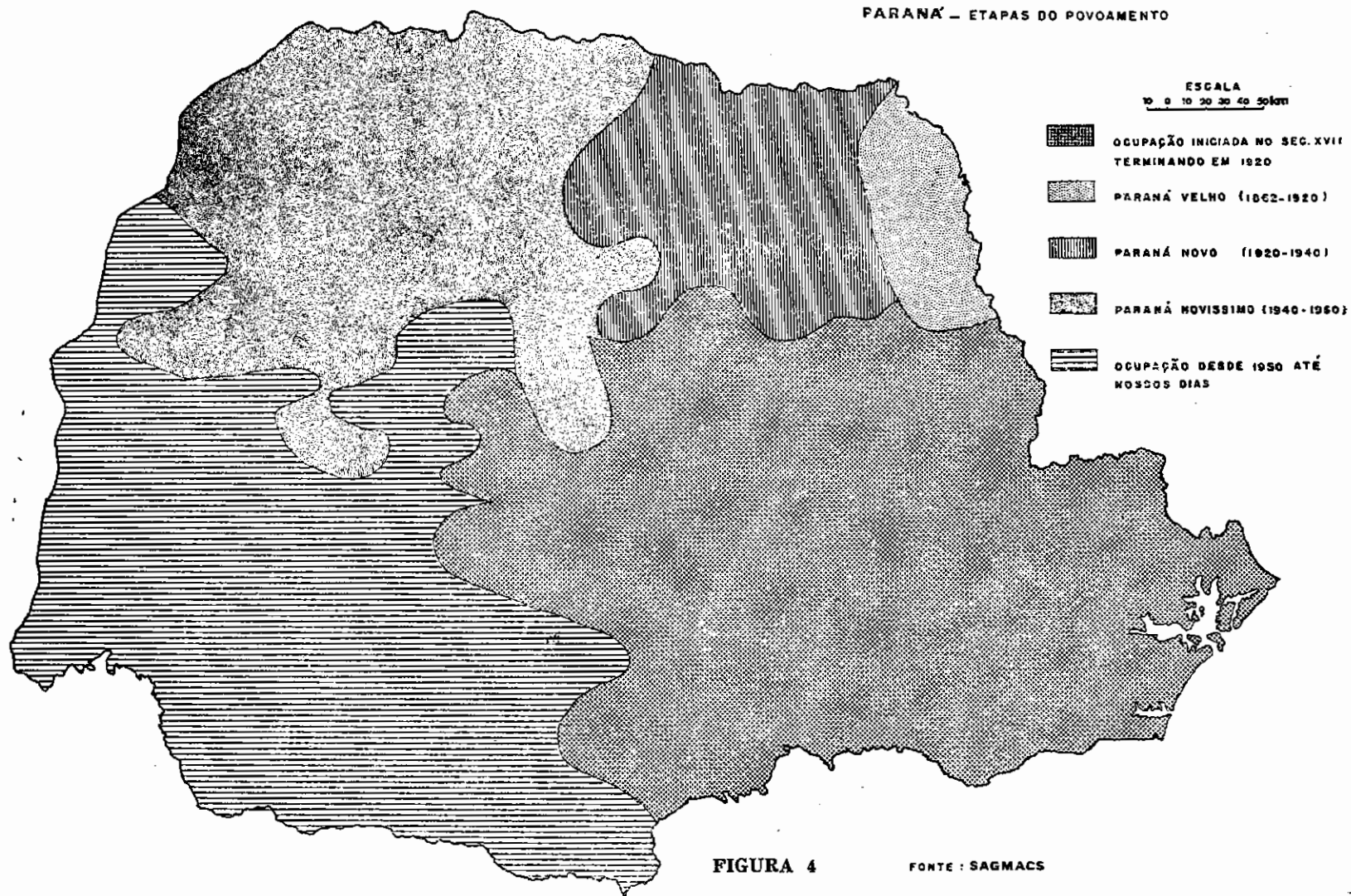


FIGURA 4

FONTE : SAGMACS

na procura do ouro. A comunicação entre o litoral e o planalto (Curitiba) se fazia pelo vale do Cubatão, atravessando a Serra do Mar.

Segundo VALVERDE [31], a pecuária foi desenvolvida na região dos campos, naquela época, porque se tratava de uma atividade muito mais rentável do que o cultivo da terra e exigia uma mão de obra bastante reduzida (na época um contingente de homens era freqüentemente chamado a combater nas lutas que se desenrolavam no Sul, na região do Prata).

Desta forma, a agricultura, que exigia mais mão de obra, torna-se decadente, enquanto que, a pecuária extensiva se desenvolvia. Em consequência disso, toda a região dos "campos" será povoada (notadamente a região do "caminho do gado" rumo a Sorocaba).

É, portanto, a pecuária que vai determinar a ocupação das regiões do Primeiro e Segundo Planalto, no Paraná. O desenvolvimento desta atividade é explicado não somente pelos resultados obtidos no Sul do país (com as estâncias gaúchas) mas também pelo acesso fácil aos mercados situados ao Norte (São Paulo e as regiões de mineração de Minas Gerais).

Terceira Fase

É a fase caracterizada pelo desenvolvimento da cultura do café no Norte e pela ocupação da região SO.

O Norte, prolongamento das culturas cafeeiras de São Paulo, constitui, como diz Nice L. MULLER [23] "um capítulo da vida paulista em território paranaense". Aqui podemos distinguir três etapas principais:

- 1 — A ocupação do "Paraná Velho", iniciada em 1862 por capitalistas brasileiros (sobretudo paulistas) que, na sua "Marcha para Oeste" foram atraídos pela qualidade dos solos, a terra roxa. A estrada de Ferro Sorocabana, hoje Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, foi o elemento essencial da consolidação da ocupação nesta primeira etapa. Partindo de Ourinhos, a via férrea se dirige para o Sertão possibilitando o surgimento de cidades importantes como Cambará, Bandeirantes, Corné-

lio Procópio. Esta etapa se inicia por volta de 1900 e termina em 1925.

- 2 — Caracterizada pela ocupação do “Paraná Nôvo”. Aqui, a ocupação foi feita não sòmente pela frente que avançava, vindo do Paraná Velho — consequência da estrada de ferro — como também por elementos que, vindos de São Paulo, atravessavam o Paranapanema. Nesta região, a colonização foi conduzida pelas companhias de terra, que praticavam a especulação das terras e pelas colônias públicas. Voltaremos a esta análise mais adiante. O núcleo de ocupação do Paraná Nôvo foi Londrina, hoje capital econômica do Estado. Esta ocupação, iniciada em 1925, prossegue até 1950. Ela cobriu uma região bastante extensa e economicamente forte; proliferação de centros urbanos importantes como Londrina, Apucarana, Arapongas, etc., que conheceram um crescimento extremamente rápido, devido ao café.
- 3 — Caracterizada pela ocupação do Paraná Novíssimo. As características desta ocupação, iniciada em 1940, que se prolonga até nossos dias, são quase que idênticas àquelas do Paraná Nôvo, isto é, dirigida em grande parte pelas companhias de terra e por colônias. Assistimos, também aqui, a uma proliferação de núcleos urbanos, donde os mais importantes são Maringá e Paranavaí. O café será o fator causal e essencial da ocupação do Norte do Paraná, desde a fronteira com o Estado de São Paulo a Leste, até a extremidade Oeste do Paraná.

Esta terceira fase é também marcada pela ocupação da região Centro-Sudoeste, a partir de Campo Mourão para o Sul, tendo como limite oriental Guarapuava. O elemento principal dêste povoamento é a exploração do *pinho* e do *mate*. Nesta região o povoamento é anárquico e nômade. Trata-se de uma colonização espontânea, contrária àquela que constatamos no Norte. É nesta região que ainda hoje o Estado enfrenta problemas relativos à propriedade da terra (disputas entre posseiros e grileiros). Devemos, contudo, distinguir no Sudoeste a colonização feita, ainda recente-

mente, a partir do Pato Branco, pelos colonos italianos e alemães, vindos do Rio Grande do Sul.

Quando falamos da ocupação do Paraná, é preciso sempre salientar o papel importante que foi desempenhado e que desempenham ainda hoje os imigrantes, desde a segunda metade do século XIX. Os colonos europeus, sobretudo italianos, poloneses, ucranianos e alemães, foram dispersados sobre o território, através de pequenas colônias próximas as cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Lapa. No início do século XX, as colônias fixaram-se no interior, na parte Sudoeste do Estado.

Hoje, o contingente migratório do Paraná é composto também por elementos nacionais, os quais vêm de outras regiões do Brasil (sobretudo Nordeste e Minas Gerais), com a esperança de encontrar melhores condições de vida.

O ELEMENTO PIONEIRO E A ESPECULAÇÃO DAS TERRAS

De toda esta dinâmica na ocupação do território, dois elementos devem ser salientados, devido sua importância: de um lado o elemento pioneiro e do outro a especulação das terras, esta efetuada sobretudo pelas companhias de terras, cujo papel desempenhado se manifesta na organização do espaço.

1 — *O elemento pioneiro*

O espírito pioneiro está sempre presente no Paraná e ele é mais acentuado ainda na colonização do Norte através da Marcha do Café — pioneirismo e colonização estão sempre juntos.

Quem eram esses elementos pioneiros no Paraná [3]? Eram sobretudo os imigrantes vindos de outras regiões do Brasil e do exterior, os quais, atraídos sobretudo pelo desenvolvimento econômico da região, nela se instalaram, contribuindo para o desenvolvimento de uma possante atividade econômica, a cultura do café, cuja demanda por parte dos mercados externos, se fazia cada dia maior. Frequentemente, o pioneiro não era o proprietário da terra, sobretudo nas zonas agrí-

colas: as características desta atividade e o seu desenvolvimento exigia uma soma de capital que os pioneiros não possuíam!

De que maneira então, os pioneiros tinham acesso à terra? Pode-se distinguir três meios:

A — Os mais favorecidos compravam diretamente seu pedaço de terra, das Companhias de Terra, tornando-se assim proprietários.

B — Outros acediam à terra, não como proprietários mas como assalariados ou meeiros. Aqui é interessante examinar os tipos de contratos de trabalho estabelecidos nas zonas pioneiras. Segundo VALVERDE [31] podemos distinguir três tipos de contratos no Norte do Paraná:

a — *contrato de 4 anos* —

O proprietário paga a derrubada, a coveação e o plantio do café.

A manutenção da plantação fica a cargo do empreiteiro durante 4 anos e seus lucros obtidos através da:

- 1 — Comercialização das culturas intercaladas com café (milho, feijão, etc.).
- 2 — produção de café no curso do quarto ano (quando os cafêzais começam a produzir).

Este tipo de contrato poderá ser prorrogado até 5 anos. Neste caso o empreiteiro recebe a metade da produção do café; o mesmo poderá se tornar proprietário, uma vez que êle consiga capitalizar, durante êsses 5 anos de trabalho, o suficiente para a compra das terras.

b — *Contrato de seis anos* —

Neste caso, não há nenhuma contribuição do proprietário da terra. É o empreiteiro quem suportará os encargos da derrubada, coveação e plantio do café. É a fórmula

adotada pelos proprietários que não dispõem de recursos monetários. No final do 6.º ano, tais proprietários recebem os cafêzais já em bom estado de produção. Durante este período, as perdas sofridas ou lucros obtidos estão ao encargo dos benefícios do empreiteiro.

c — Contrato de oito anos —

É o caso de uma associação capital-trabalho, na qual o proprietário recebe sempre a metade da produção. Este tipo de contrato apresenta a vantagem de fixar o empreiteiro numa mesma região, durante um tempo bastante longo.

C — Pela ocupação pura e simples das terras devolutas, as quais constituem graves problemas para o Estado. É o caso dos grileiros e posseiros, cujos conflitos, até nos dias, constituem, sobretudo no Sudoeste do Estado, um problema para a colonização, como já tivemos ocasião de ressaltar.

Como nos diz ainda VALVERDE, nas fazendas de café, as relações de trabalho são estabelecidas sobre o sistema de colonato. O "colono" é contratado pelo proprietário da fazenda (contrato verbal na maioria das vezes) que o aloja nas "colônias", recebendo um salário mensal. O "colono" deve executar os trabalhos agrícolas da fazenda.

Outros elementos fazem parte desta mão de obra agrícola: os "camaradas" ou "peões" que são trabalhadores contratados, seja como diaristas ou por tarefas (empreitada).

É preciso ressaltar a importância do papel desempenhado, sobretudo no Norte do Paraná, por intermediários entre o patrão e os trabalhadores agrícolas. Esses intermediários, chamados "gatos", são agenciadores da mão de obra agrícola. A atividade dos agenciadores engendra uma espécie de mercado negro, origem de um certo

número de problemas sociais, consecutivos à imigração nesta zona.

2 — *As Companhias de Terra* —

Por outro lado, as Companhias de Terra, encarregadas dos loteamentos, provocaram a especulação sobre as terras o que, conseqüentemente, influenciou a ocupação e a organização do espaço. É preciso dizer que é precisamente o caráter capitalista das Companhias de Terras que vai envolver o pioneiro nas especulações, dando-lhe a possibilidade de se tornar proprietário da terra. MONBEIG [22] analisou muito bem este fenômeno.

No Paraná, o papel das Companhias foi bastante importante, sobretudo no Norte [23]. Na verdade, muitas vezes o governo cedia glebas (caso da colônia Primeiro de Maio e Sertanópolis com 50.000 ha.) a particulares e, muito freqüentemente ainda, tais concessões eram feitas a companhias estrangeiras. É o caso da "Companhia de Terras do Norte do Paraná", responsável pela colonização de quase todo o Norte do Estado. Esta Companhia foi fundada com capitais ingleses da "Parana Plantations Company", que comprou do Governo, uma gleba de 12.643 km² (515.000 alqueires paulistas) (4), ou seja 6,3% da superfície total do Estado. Esta operação, realizada pela "Parana Plantations Company", tinha como finalidade, fornecer à Grã-Bretanha o algodão que o Sudão Anglo-Egípcio, então em crise político-econômica, havia cessado de produzir para a indústria têxtil inglesa. O loteamento obedecia a uma planificação: os lotes eram longos retângulos, cujos lados menores davam um para o rio e o outro para a estrada; a superfície desses lotes variava de 1 a 16 alqueires paulistas (3 a 40 ha). A "Parana Plantations Company" se dividia em duas partes: a Companhia de Terras do Norte do Paraná, responsável pela colonização, e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, encarregada de assegurar o transporte de pessoas

e produtos entre as diferentes regiões. Em virtude da política adotada pelo Governo Federal em 1939, a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná foi nacionalizada e, em 1944, a "Companhia de Terras do Norte do Paraná" foi comprada por capitalistas paulistas, que passaram a chamá-la então "Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná". Esta continuou a política da "Companhia de Terras do Norte do Paraná". É nesta época que as cidades de Maringá, Apucarana, Cianorte e outras, foram fundadas. Em regra geral, as colônias oficiais ou as companhias de terra dividiam a terra em pequenos lotes, o que vai caracterizar a estrutura agrária dessas regiões do Norte do Paraná.

Depois de ter analisado o quadro geográfico e histórico e ressaltado aqueles fatores que podem explicar o processo de urbanização do Paraná, iremos agora examinar a estrutura econômica desse Estado, como resultante do quadro definido acima.

CAPÍTULO II

A estrutura econômica

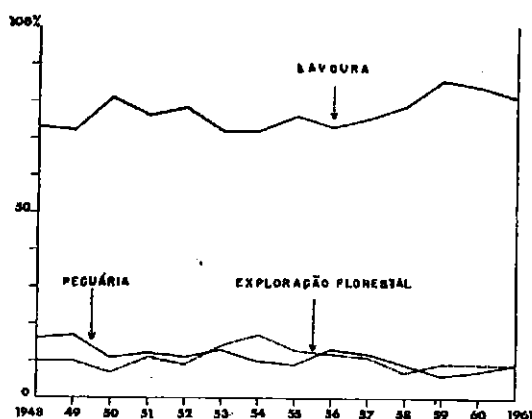
A — AS BASES DA ATIVIDADE ECONÔMICA

A economia do Paraná é uma economia baseada na atividade agrícola tratando-se, portanto, de uma economia primária. Com efeito, o setor primário é o principal contribuinte na formação da renda desse Estado e ele vai necessariamente determinar a estrutura de produção do Paraná. A participação média do setor primário na formação da renda global de 1947 a 1961 foi de 63,5%.

A Figura 5 mostra qual é a parte respectiva da lavoura, pecuária e exploração florestal na renda primária no período que vai de 1948 a 1961 (preços constantes-1948). A pecuária tende a aumentar sua participação em virtude da baixa sofrida pela lavoura.

PARANÁ — RENDA DO SETOR PRIMÁRIO (%)

(PREÇOS CONSTANTES 1948)



FONTE: CODESUL — Curitiba 1963

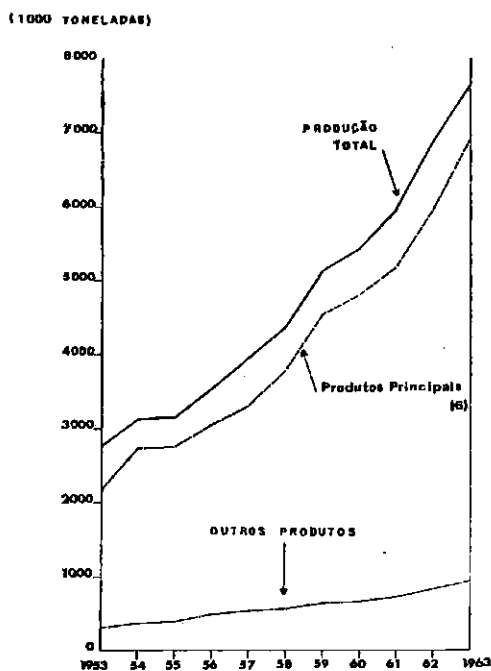
FIGURA 5

Pelo seu quadro geográfico o Estado do Paraná apresenta condições bastante favoráveis ao desenvolvimento da agricultura em relação a outras regiões geo-econômicas do Brasil.

De todos os produtos agrícolas cultivados no Paraná, oito produtos somente representaram de 1950 a 1960, 93,5% da renda agrícola: café, algodão, arroz, batata, milho, feijão, mandioca e trigo. Três desses produtos, o café com 52,3%, o milho com 15,9% e o feijão com 8,3%, representaram 76,5% dessa mesma renda.

Na figura 6, vemos que, na realidade, a curva da cana, mandioca e arroz — quase se confunde com a curva da produção total (período de 1953-1963).

PARANÁ — PRODUÇÃO AGRÍCOLA
1953 — 1963



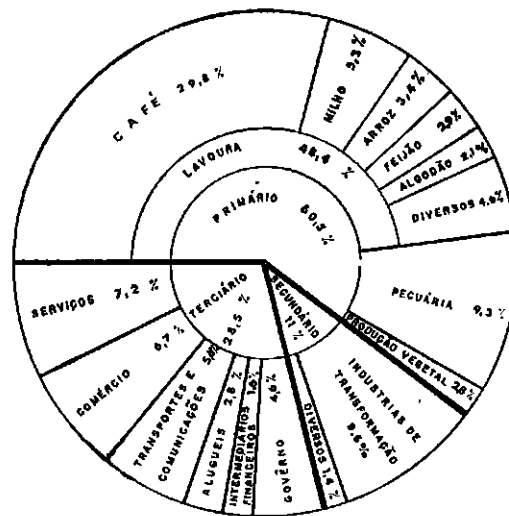
FONTES IBGE — CODEPAR

FIGURA 6

Esta estrutura econômica, dominada pelo setor primário, se mantém através os tempos somente com algumas modificações na sua composição interna; essas modificações são mais ou menos orientadas pelas variações do setor primário (figura 7).

Com efeito, até 1940 o Paraná respondia à demanda de madeira, de outras regiões do Brasil, e em mate, da região do Rio da Prata. A partir de 1950, o Paraná começa a responder às necessidades em café, dos países da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte. O desenvolvimento do café, de certa maneira, revolucionou a estrutura agrícola do Paraná e mesmo do Brasil todo, que a partir desse perío-

PARANÁ — ESQUEMA DA COMPOSIÇÃO
DA RENDA 1958



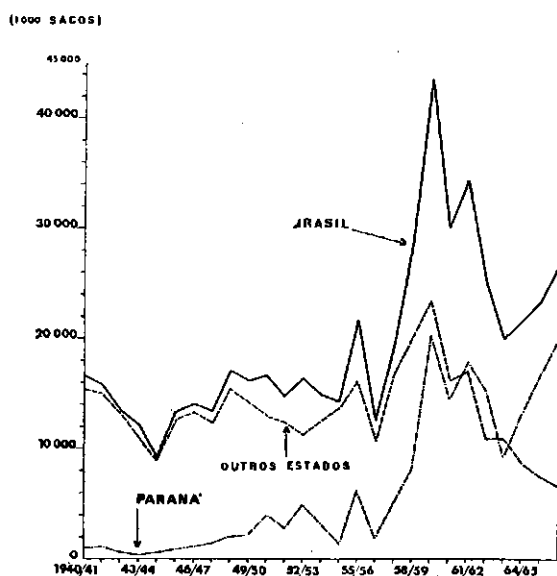
FORTE : SAGMACS

FIGURA 7

do começa a sentir as flutuações da produção paranaense (figura 8). É esse produto que será, em resumo, o fator essencial do povoamento e da dinâmica econômica do Paraná, a partir desse período.

Demoremos sobre a Tabela I, que reproduz a evolução da renda global (preço constante — 1948). Nós vemos aí que as variações da renda global acusam, primeiramente, uma baixa de 1,2% em 1949/1950, depois um aumento real de 27,2% em 1958/1959. Isto revela a grande amplitude das variações às quais está submetida a economia do Paraná, que sofre a instabilidade dos custos de seus produtos no mercado mundial, situação ainda mais grave uma vez que a produção deste Estado repousa sobre um produto particularmente vulnerável, o café.

PRODUÇÃO DE CAFÉ



FONTE : CODEPAR

FIGURA 8

A análise da composição da renda por setor vem, ainda, apoiar esta constatação. A Figura 9 traduz a participação relativa da renda (preço constante 1948) dos setores primário, secundário e terciário, na economia do Paraná: o primário se mantém em posição bastante vantajosa de 1950 a 1960. Quanto ao aumento relativo dos dois outros setores éle corresponde simplesmente a uma diminuição relativa do primário.

A Figura 10 dá uma idéia da evolução da participação dos três setores na economia. Neste gráfico nós eliminamos os anos "anormais", que correspondem aos anos de geada. A baixa da produção do café devida a esse fenômeno (geada) vai influenciar e modificar a estrutura econômica. Mas trata-se aqui de uma situação excepcional (Figura 8).

TABELA I
EVOLUÇÃO DA RENDA GLOBAL DO ESTADO
DO PARANÁ

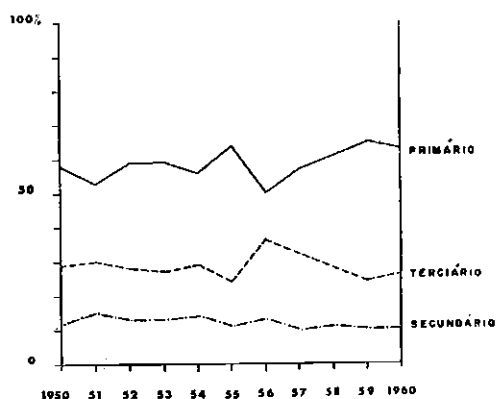
(Preços constantes 1948)

ANO	Cr\$ 1.000,00	CRESCIMENTO ANUAL
1948	6.518,90	
1949	7.377,60	13,1
1950	7.283,10	1,2
1951	8.064,70	10,7
1952	8.498,50	5,3
1953	8.559,40	0,7
1954	8.750,10	2,2
1955	9.480,50	8,3
1956	10.172,80	7,3
1957	10.896,80	7,1
1958	13.079,30	9,0
1959	16.641,20	27,2
1960	17.000,00	2,0
1961	20.234,00	19,4

Fonte: CODESUL (Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul) Curitiba, 1963

Naquele mesmo gráfico (n.º 10) observamos, ainda, uma dominante do primário que aumenta de quase 15%. O secundário conhece também um aumento, ainda que bastan-

PARANÁ — COMPOSIÇÃO DA RENDA POR SETORES
(PREÇOS CONSTANTES DE 1948)



FONTE : CODESUL
Paraná: renda e população
Curitiba - 1963

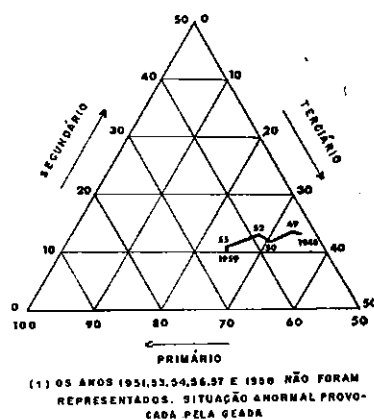
FIGURA 9

te fraco. O que é de se notar, é a diminuição relativa do terciário, que se explica pela insuficiência dos serviços face ao processo de desenvolvimento do primário.

Durante a fase de grande expansão da economia cafeeira, os setores secundário e terciário não atingem, o mesmo ritmo de crescimento. A produção de gêneros alimentícios cresce num ritmo bastante fraco e está ligada à cultura do café (culturas intercaladas). Seus excedentes são comercializados nos mercados urbanos do Estado, ou então em outras regiões do Brasil.

Existe um outro problema: a cultura cafeeira do Paraná, sendo o apêndice daquela de São Paulo, pois é financiada por capitalistas paulistas, é responsável por uma grande parte da renda do Estado que é reinvestida nêsse mesmo

PARANÁ — COMPOSIÇÃO DA RENDA POR SETORES (1)
(PREÇOS CONSTANTES DE 1948)



FONTE: CODESUL

FIGURA 10

setor no Paraná, ou nas indústrias em São Paulo, em prejuízo da economia regional paranaense, considerada no seu conjunto.

A grande rentabilidade do café absorveu assim, de uma maneira geral, todos os recursos obtidos, seja pela abertura de novas franjas pioneiras, seja pelo melhoramento de culturas já existentes. O setor industrial que, em 1942, representava 14,3% da renda global, vai cair para 11,1% em 1958 e 10,1% em 1960.

A partir de 1962 (tabela II) registra-se uma queda da renda global e esta constatação é o reflexo de muitos fatores, a saber: 1 — a estabilização da produção cafeeira. 2 — a crise agrícola provocada pela grande geada, a seca que a sucedeu e aos incêndios.

TABELA II
EVOLUÇÃO DA RENDA GLOBAL

Anos	(milhões de cruzeiros)	
	<i>Valôres correntes</i>	<i>Valôres constantes preço de 1958</i>
1953	19,6	100
1954	21,2	85
1955	33,3	115
1956	34,0	98
1957	44,7	103
1958	59,7	133
1959	88,0	143
1960	126,8	159
1961	184,7	168
1962	313,1	189
1963	437,7	153
1964	914,3	171

Fonte: CODEPAR

Quais são as consequências desta situação?

- a — o Paraná perde o elemento dinâmico de seu crescimento econômico.
- b — como o café absorveu a maior parte dos investimentos, os demais setores permaneceram, de um certo modo, estacionados. Isto revela as grandes insuficiências estruturais na economia do Paraná.
- c — com a queda do elemento mais dinâmico, os outros setores, estando atrofiados, não atraem os capitais ainda disponíveis: a inadaptação da infra-estrutura ao desenvolvimento industrial bloqueia, de certa maneira, o investimento de capitais na indústria.

Uma reação a esta crise provocada pelo café, é encontrada na região Sudoeste, que a partir de 1950, conhece um desenvolvimento considerável. Aí se instalaram colônias de imigrantes vindos do Sul e que se dedicavam mais à cultura de gêneros alimentícios e à exploração florestal.

Remarcamos uma situação paradoxal no Paraná: com a maior taxa de crescimento do Brasil (6,6% por ano de 1950 a 1960 — CODEPAR) a renda per capita nesse mesmo Estado permanece, ao contrário, a mais baixa durante esse mesmo período.

B — A RENDA PER CAPITA

Contudo, analisando a renda per capita do Paraná, a preços correntes, constatamos que ela aumentou durante o período que vai de 1947 a 1960 e que se mantém numa posição privilegiada em relação à renda per capita do Brasil e dos demais Estados do Sul.

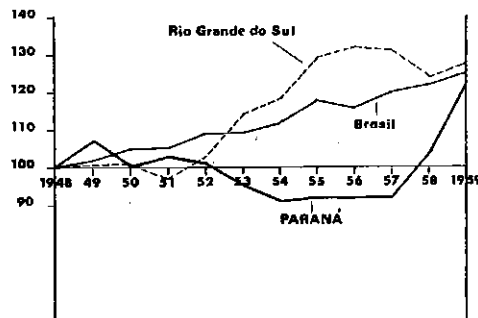
RENDA PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES

ANO	Brasil	Paraná	Sta. Catarina	R. Grande do Sul
1947	100,0	100,0	100,0	100,0
1960	925,0	990,0	820,0	905,0

Com efeito, como podemos constatar no quadro acima, a renda per capita no Paraná aumentou de quase 900,0% enquanto que as do Brasil, Rio Grande do Sul e Santa Catarina aumentaram respectivamente de 825%, 805% e 720%.

Mas, a realidade desta evolução é expressa pela figura 11 que mostra a evolução da renda per capita a preços constantes (5) no Brasil, Paraná e Rio Grande do Sul, de 1948 a 1959 (1958=100). Nós constatamos que a renda per capita do Paraná, salvo em 1948 (onde ela é superior à do Brasil e do Rio Grande do Sul, e em 1951 (onde ela é superior à do Rio Grande do Sul, porém inferior à do Brasil) é mais fraca do que a renda per capita do Brasil e do Rio Grande do Sul e acusa uma baixa até 1957. É somente a partir de 1957, após cinco anos de baixa, que a renda per capita principia uma elevação; mas até 1959, ela não atingirá o nível da renda per capita do Brasil e do Rio

BRASIL - PARANÁ - RIO GRANDE DO SUL
 RENDA PER CAPITA A PREÇOS CONSTANTES
 Período 1948-1959 (1948 = 100)



FONTE : CODESUL
 Renda e população
 Curitiba - 1963

FIGURA 11

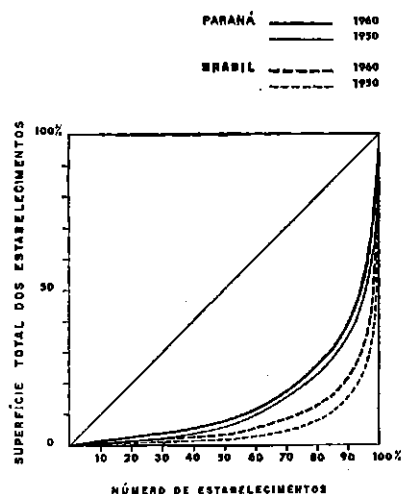
Grande do Sul. Essa baixa verificada de 1952 a 1957 se explica pelo fato de que o contingente migratório que chega ao Paraná nessa época, não é imediatamente integrado no processo econômico. Assinalemos que o fluxo total de emigrantes entrados no Paraná de 1950 a 1960 foi de 1,2 milhões de pessoas.

C — A ESTRUTURA AGRÁRIA

Um olhar sôbre a estrutura agrária se impõe como complemento das análises que acabamos de fazer. Tentemos, primeiramente, distinguir os traços principais da estrutura agrária paranaense.

A figura 12 reproduz a curva de concentração dos estabelecimentos agrícolas para o Paraná e para o Brasil entre 1950 e 1960. Vemos que a concentração, durante o período em questão, diminuiu no Paraná menos do que no conjunto do Brasil. Contudo, ela ainda é considerável, pois a 90% dos estabelecimentos agrícolas não correspondem nem mesmo 40% da superfície total.

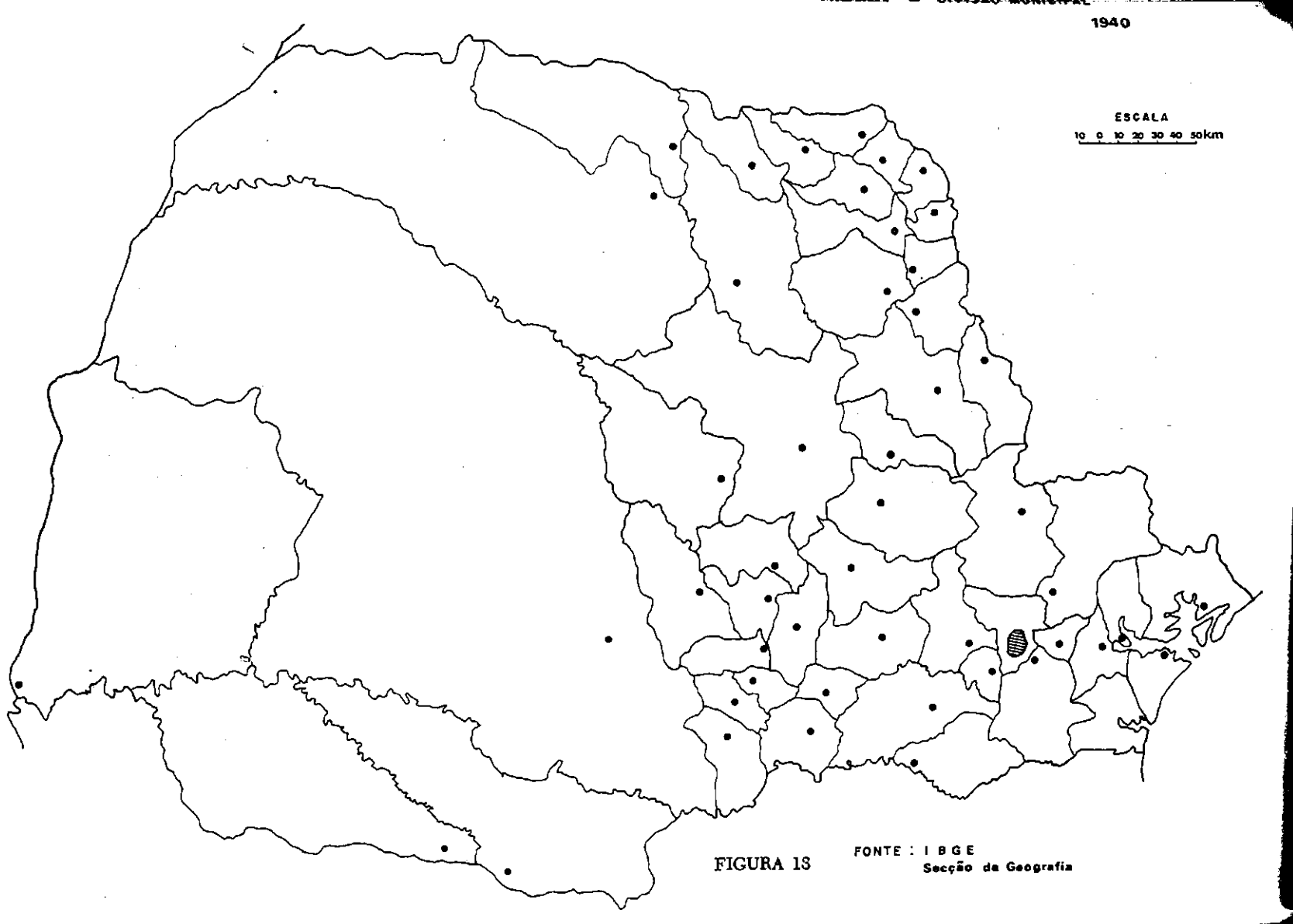
CURVA DE CONCENTRAÇÃO
ESTABELECIDAMENTOS AGRÍCOLAS



FONTE: Anuário Estatístico do Brasil
IBGE - CNE 1965

FIGURA 12

Houve, entretanto, um aumento da superfície agrícola, o que indica uma absorção de mão de obra. Assim, observando o crescimento da produção agrícola, percebemos que esse crescimento resulta, essencialmente, do cultivo de novas terras; "o crescimento da produção agrícola baseia-se tanto na oferta elástica de mão de obra como de terra" [10].



Uma segunda observação se impõe: a repartição dos estabelecimentos agrícolas por grupos de área total se modificou bastante de 1950 a 1960. Nós vemos um aumento considerável dos estabelecimentos agrícolas de menos de 10 ha. e um aumento mínimo de estabelecimentos de 10 a 100 ha. e de 100 a 1000 ha. Este aumento das pequenas propriedades se verifica, não somente nas velhas zonas agrícolas, hoje decadentes, como a zona de Irati, mas também nas zonas agrícolas mais dinâmicas como as do Norte e do Oeste — domínio do café — (tabelas III e IV), sob a influência do planejamento rural e urbano levado a efeito pelas Companhias de Terras.

Os elementos geográficos e históricos permitiram a ocupação do Paraná. Vimos a importância dos recursos naturais na colonização, recursos que, por seus caracteres, possibilitaram o desenvolvimento de uma agricultura poderosa, elemento fundamental da dinâmica do povoamento e da atividade econômica do Estado. São esses elementos que, através da sua dinâmica, constituem os "fatores propulsivos" do processo de urbanização paranaense.

SEGUNDA PARTE

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Nesta parte nós analisaremos a dinâmica do fenômeno de urbanização, como consequência das idéias expostas na primeira parte, idéias que constituem a base deste fenômeno.

CAPITULO I

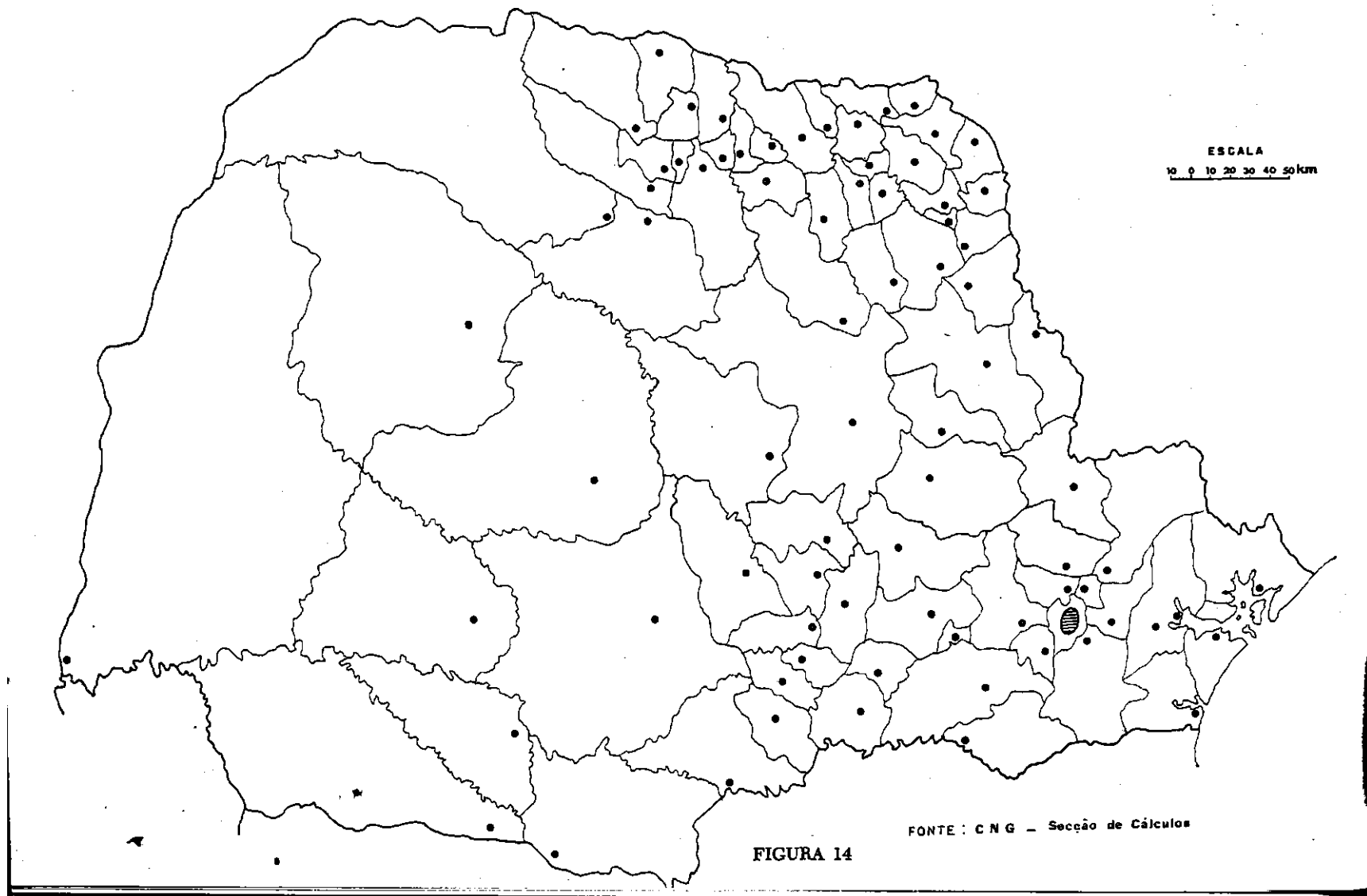
A Análise global do fenômeno de urbanização

A análise de alguns dados estatísticos nos permite fazer algumas observações sobre o processo de urbanização no Paraná.

Antes de mais nada, os dados sobre a população urbana (6) dão, já, uma idéia da amplitude desse fenômeno: 448676 (1950) e 1140108 (1960). Por onde verificamos uma taxa de crescimento de 154% para o período.

PARANÁ - DIVISÃO MUNICIPAL

1950



FONTE: C N G - Seção de Cálculos

FIGURA 14

TABELA III

Paraná: número de estabelecimentos agrícolas por grupos de área - 1950

Regiões fisiográficas	Grupos de áreas (em hectares)					Total
	<10	10 - 100	100 - 1000	1000 - 10000	> 10000	
1. Litoral	181	1 013	66	5	-	1 265
2. Alto Ribeira	535	2 873	730	12	2	4 152
3. Castro	24	412	248	49	1	734
4. Curitiba	3 011	6 651	708	14	-	10 384
5. Campos Gerais	933	3 882	1 141	159	10	6 126
6. Tomazina	754	3 324	858	36	-	4 973
7. Alto Ivaí	1 552	4 333	1 132	28	-	7 045
8. Irati	1 552	8 071	913	46	1	10 563
9. Oeste	1 355	10 106	2 941	64	8	14 474
10. Norte	4 788	19 188	2 358	185	5	26 524
11. Campos do Oeste	276	1 673	1 075	194	3	3 221
Paraná	14 941	61 526	12 170	792	30	89 461

Fonte: "Sinopse Preliminar do Censo Agrícola"
Estado do Paraná - IBGE - SNR. 1963

TABELA IV

Paraná: número de estabelecimentos agrícolas por grupos de áreas - 1 960

Regiões fisiográficas	Grupos de áreas (em hectares)					Total
	◀ 10	10 - 100	100 - 1 000	1 000 - 10 000	▶ 10 000	
1. Litoral	424	1 149	120	7	2	1 702
2. Alto Ribeira	2 528	3 591	587	12	1	6 720
3. Castro	916	2 078	409	40	-	3 443
4. Curitiba	6 555	7 450	569	18	-	14 628
5. Campos Gerais	2 831	5 326	1 103	134	7	9 412
6. Tomazina	5 473	6 865	877	59	-	13 279
7. Alto Ivaí	3 626	7 784	1 309	29	1	12 749
8. Irati	4 349	10 779	793	31	-	15 955
9. Oeste	42 708	79 487	5 813	224	11	128 280
10. Norte	22 374	29 790	2 662	196	2	55 254
11. Campos do Oeste	2 029	5 942	1 602	180	-	9 798
P A R A N Á	93 803	160 241	15 844	930	24	271 220

Fonte: "Sinopse preliminar do Censo Agrícola
Estado do Paraná". IBGE - SNR - 1 963

TABELA V

PARANÁ — POPULAÇÃO URBANA (6) 1950

Grupos de habitantes	População Urbana		Cidades e Distritos	
	Número	%	Número	%
2.000 — 3.000	38.841	8,6	16	30,8
3.000 — 4.000	34.017	7,5	10	19,2
4.000 — 5.000	27.060	6,0	5	11,5
5.000 — 10.000	95.181	21,5	14	27,0
10.000 — 20.000	39.429	8,7	3	5,8
20.000 — 50.000	75.970	17,0	3	3,8
mais de 50.000	138.178	30,7	1	1,9
TOTAL	448.676	100,0	52	100,0

Fonte: Resultado do Recenseamento do Paraná de 1950. Edição comemorativa do primeiro centenário do Estado, IBGE, Rio, 1953.

As tabelas V e VI reproduzem os dados da população urbana e o número de cidades (7) por grupos de habitantes para os anos 1950 e 1960. Constatamos que em 1950 o Paraná possuía somente seis cidades com mais de 10 000 habitantes, agrupando 56,4% da população urbana daquele Estado. Em 1960, 63,7% dessa mesma população vivia em quinze cidades de mais de 10.000 habitantes: é preciso salientar ainda que Curitiba com 344560, Ponta Grossa com 77 803 e Londrina com 74110 habitantes englobavam já, 43,5% da população urbana total do Paraná. Entretanto, uma constatação retém mais a atenção: o aumento do número de pequenas cidades de 5 000 a 10 000 habitantes. Em 1950 elas eram em número de 14 e em 1960 passam a 34. Esse mesmo crescimento é verificado igualmente para as cidades de 2 000 a 3 000 habitantes, cujo número passa de 16 a 31 para o mesmo período.

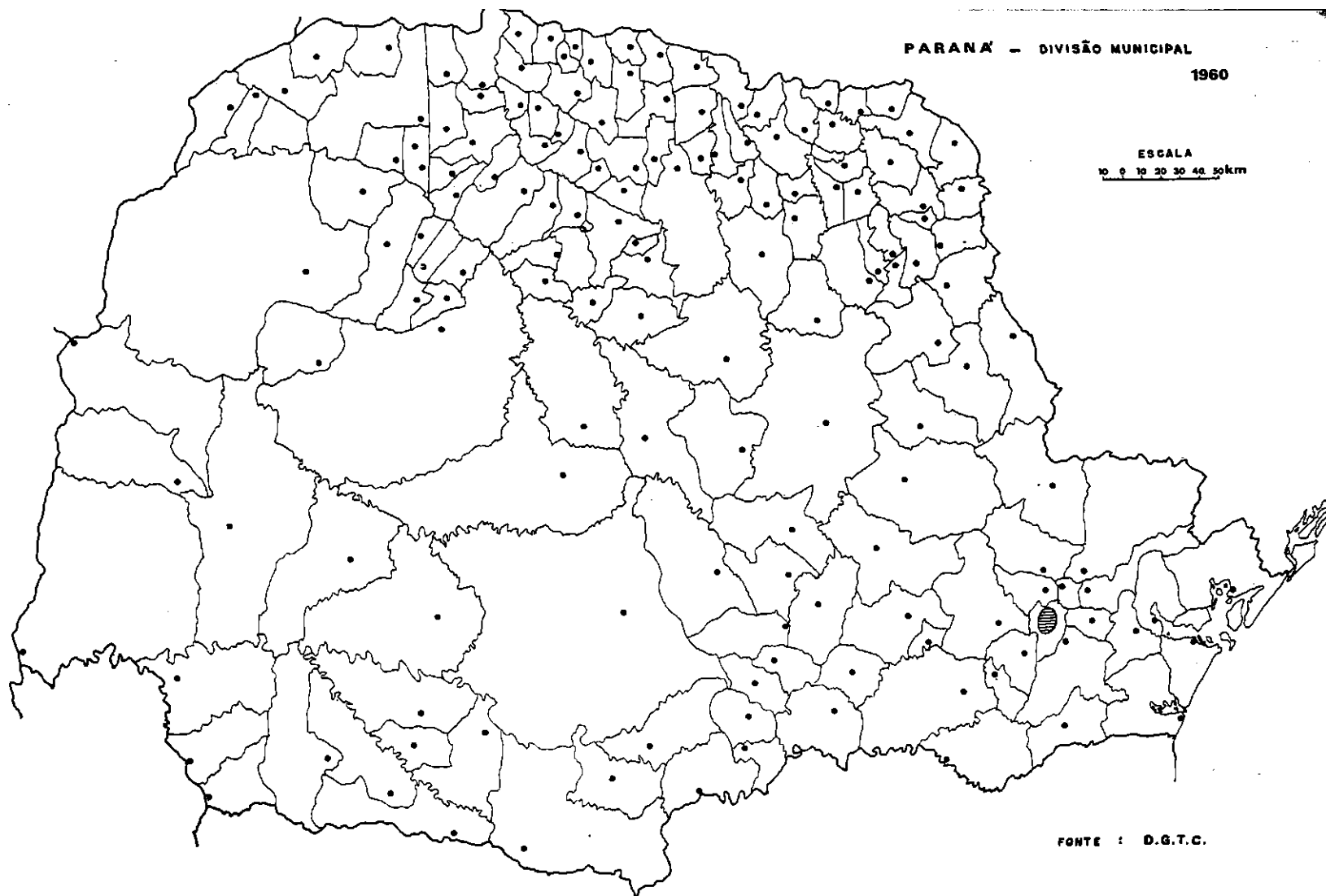


FIGURA 15

TABELA VI

PARANÁ — POPULAÇÃO URBANA (6) 1960

Grupos de habitantes	População Urbana		Cidades e Distritos	
	Número	%	Número	%
2.000 — 3.000	77.715	6,8	31	28,9
3.000 — 4.000	66.895	5,8	19	17,8
4.000 — 5.000	36.305	3,2	8	7,5
5.000 — 10.000	233.493	20,5	34	31,8
10.000 — 20.000	94.717	8,4	7	6,5
20.000 — 50.000	134.510	11,8	5	4,7
mais de 50.000	496.473	43,5	3	2,8
TOTAL	1.140.108	100,0	107	100,0

Fonte: Sinótese Preliminar do Censo Demográfico IBGE — SNR — 1960

A urbanização do Paraná é portanto caracterizada não somente por uma concentração da população urbana nas três grandes cidades, enumeradas acima, mas também por uma proliferação de pequenos centros urbanos. Este fato é ilustrado pelas figuras 13, 14, 15 e 16 que retratam a evolução da divisão municipal do Paraná para os anos 1940, 1950, 1960 e 1965. Por esta divisão do território, em municípios, o Estado do Paraná se armou de uma infra-estrutura administrativa que lhe permite ter acesso às regiões novas.

O “crescimento rápido das atividades administrativas”, ligado à estrutura econômica, “combinaram-se para provocar mudanças consideráveis na estrutura social do país, cujo sinal mais evidente foi um processo rápido de urbanização” [11].

Com efeito, vemos que a divisão administrativa foi mais desenvolvida nas regiões de colonização mais recente (Norte, Este e Sudoeste), isto é, onde a atividade econômica (sobretudo agrícola) é a mais dinâmica. Convém notar, portanto, que esta divisão territorial foi mais acentuada nas regiões realmente mais dinâmicas, por razões políticas e fiscais inerentes ao processo de colonização.

PARANÁ - DIVISÃO MUNICIPAL
1965

ESCALA
10 0 10 20 30 40 50km

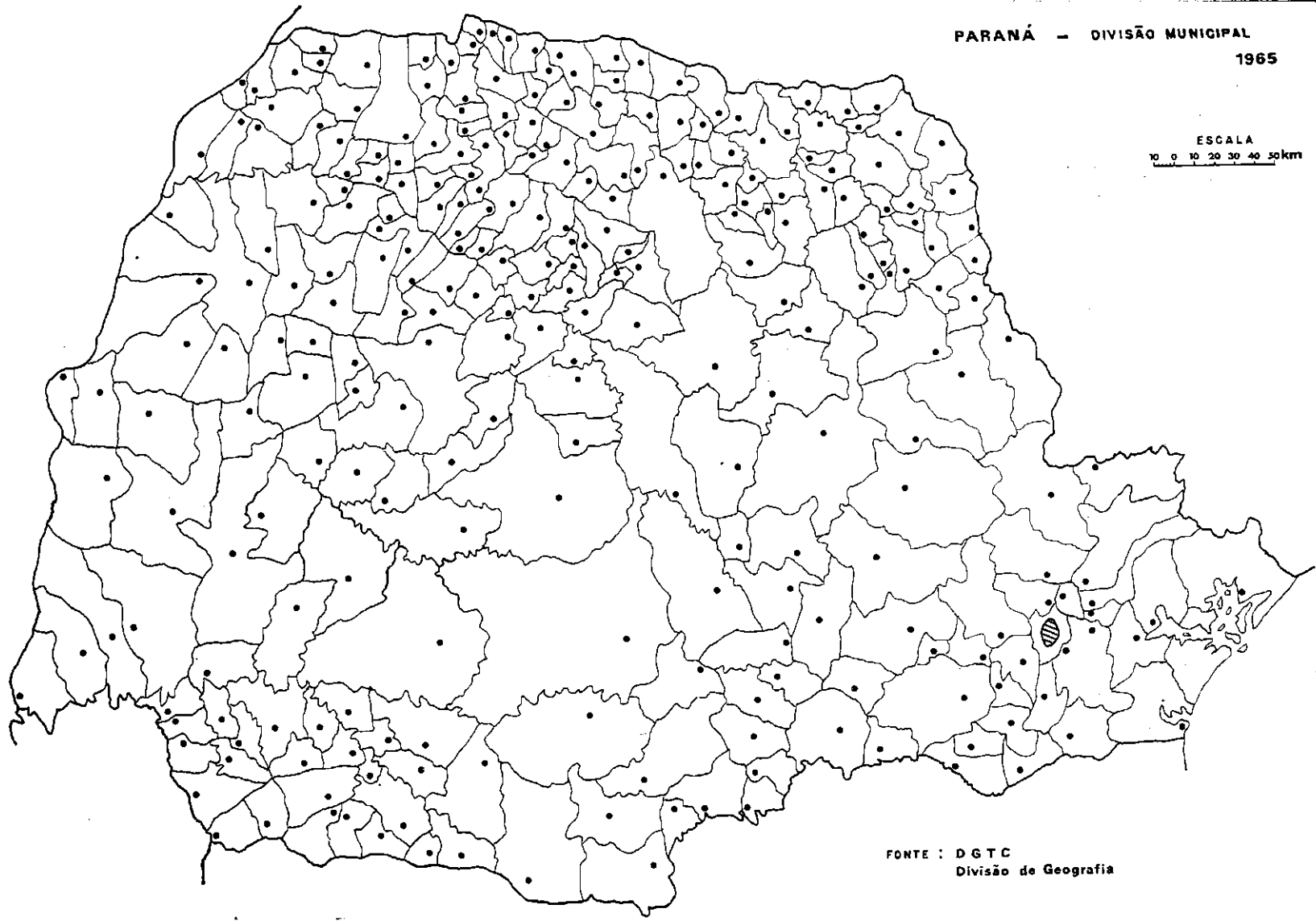


FIGURA 16

Este fato é ainda mais evidente se compararmos esta evolução administrativa com o mapa da produção agrícola (figura 17). O que notamos claramente aqui é o desenvolvimento urbano na zona cafeeira (confirmando nossa análise da primeira parte) e na zona Sudoeste do Estado.

Como explicar a taxa de urbanização tão elevada dessas duas regiões — Norte e Sudoeste — em relação à de outras regiões do Paraná, nas quais o fenômeno de urbanização é dos mais reduzidos?

A esta questão podemos adiantar inúmeras respostas: na região Norte, essa taxa é explicada, primeiramente, pela existência de uma atividade econômica intensa, repousando sobre o café e, em segundo lugar, pela ação mais acentuada das Companhias de terras; no Sudoeste a explicação reside no fato de que se trata de uma região de colonização recente, igualmente animada por Companhias de terras, desta vez oficiais, controladas pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização (D.G.T.C.).

Com efeito, a política de colonização dessas companhias muito favoreceu o processo de urbanização, sobretudo no Norte (região de ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná) onde a estrutura agrária e a urbanização foram planificadas [23].

A análise da função dessas companhias para todo Estado foi feita por VALVERDE [31]. Públicas ou privadas, foram essas companhias que criaram a maior parte dos centros urbanos na fase mais recente da colonização.

Superpondo-se as figuras 18 e 19, que reproduzem a população urbana do Estado em 1950 e 1960, notamos o surgimento de novos centros urbanos no Norte, Nordeste e Sudoeste do Estado (e é este o fenômeno que caracteriza melhor a urbanização paranaense), enquanto que nas outras regiões não houve surgimento de novos centros, nem aumento relativo da população urbana.

É preciso notar que, colocadas à parte as grandes cidades, os centros urbanos criados antes de 1950 não tiveram sua população aumentada: uma grande parte da população paranaense foi atraída pelas zonas pioneiras.

Este fato demonstra que o crescimento da população, dada a dinâmica própria dessa mesma população e à imigração, foi absorvido pelo setor primário.

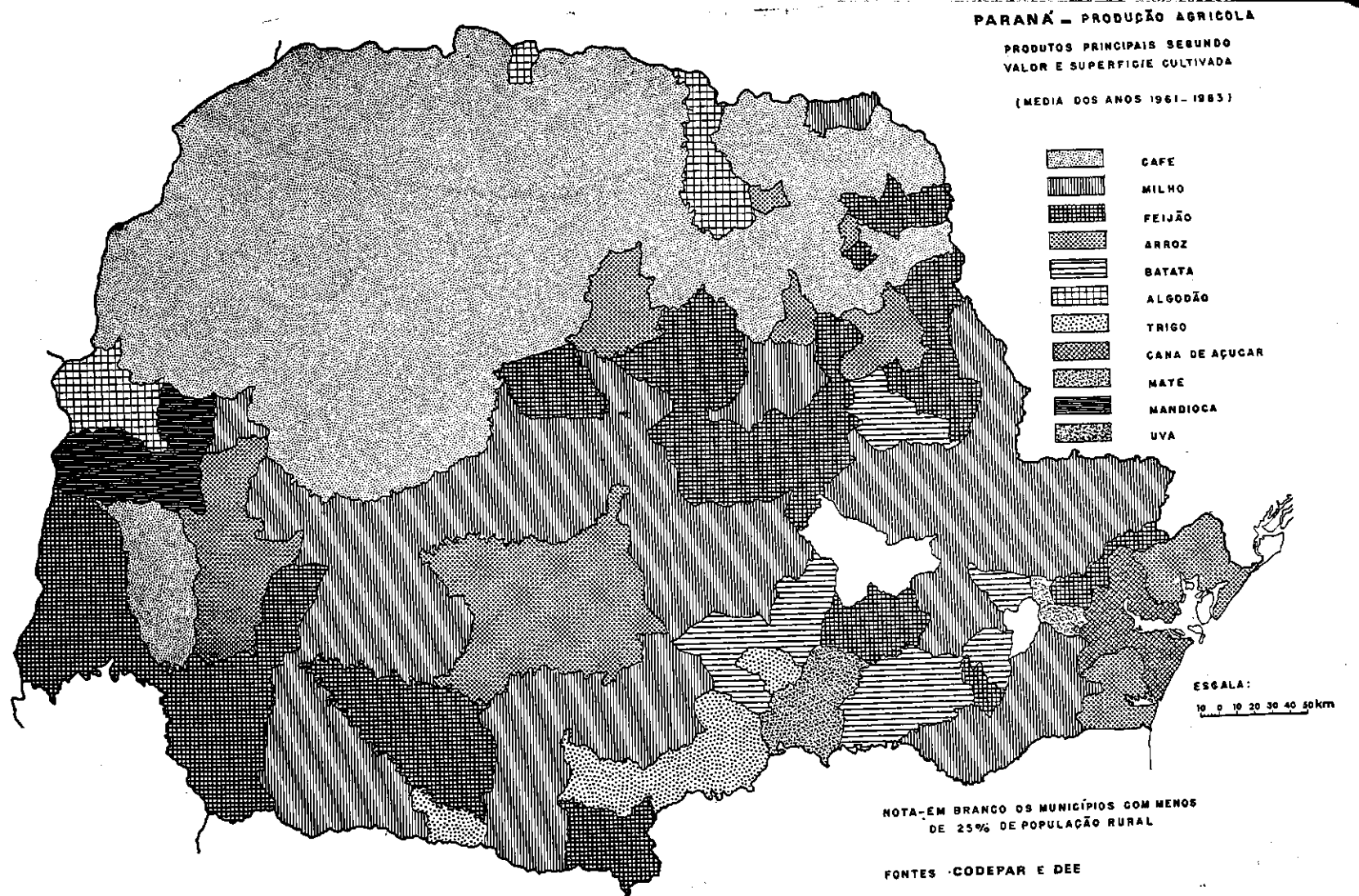


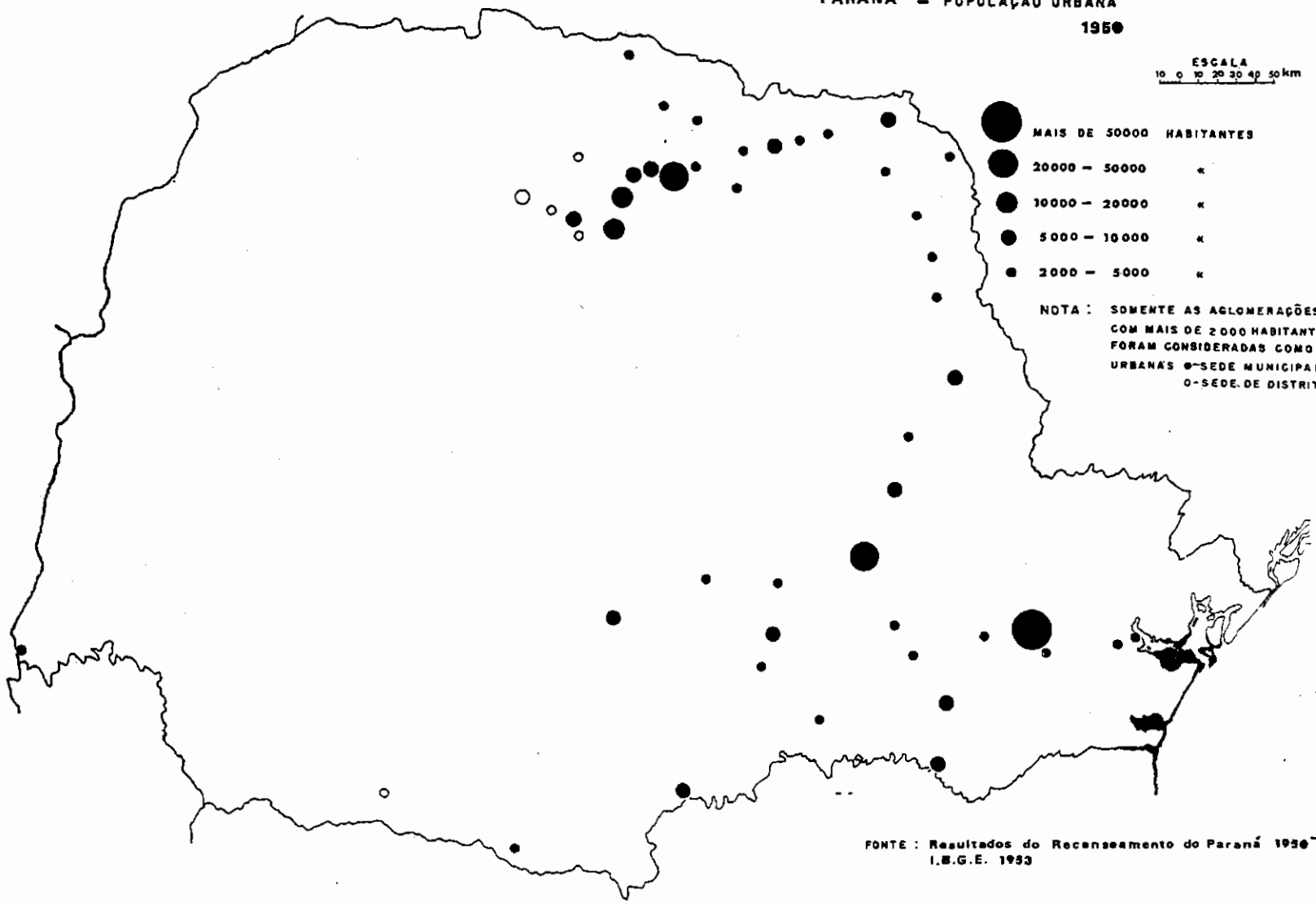
FIGURA 17

PARANÁ - POPULAÇÃO URBANA
1950

ESCALA
10 0 10 20 30 40 50 km



NOTA: SOMENTE AS AGLOMERAÇÕES
COM MAIS DE 2000 HABITANTES
FORAM CONSIDERADAS COMO
URBANAS ○-SEDE MUNICIPAL
○-SEDE DE DISTRITO



FONTE: Resultados do Recenseamento do Paraná 1950
I.B.G.E. 1953

FIGURA 18

PARANÁ - POPULAÇÃO URBANA

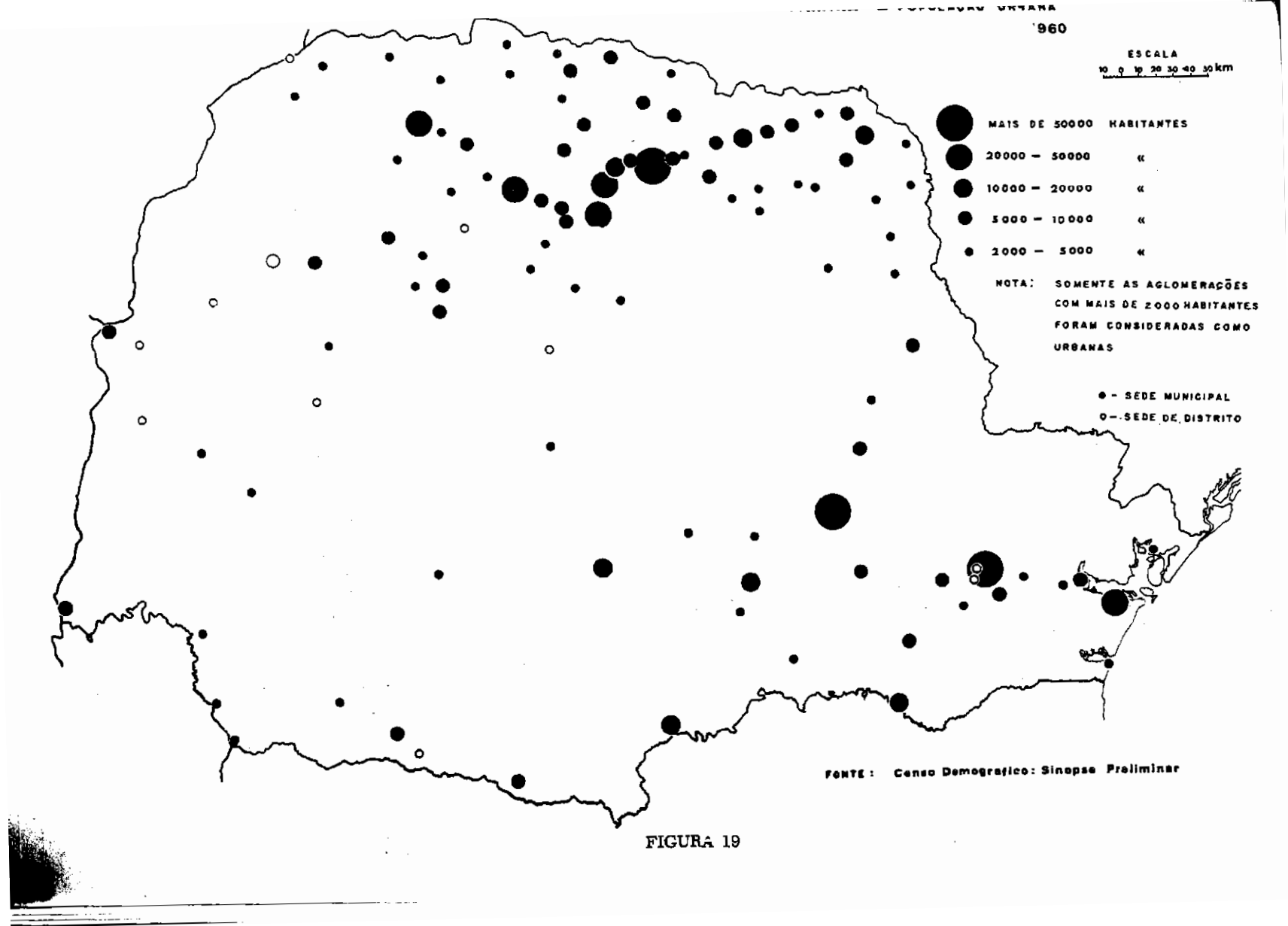


FIGURA 19

CAPÍTULO II***As diferentes categorias de cidades através de suas taxas de urbanização***

Podemos distinguir no Estado do Paraná, a partir da taxa de urbanização, quatro categorias de cidades. se compararmos os anos de 1950 e 1960:

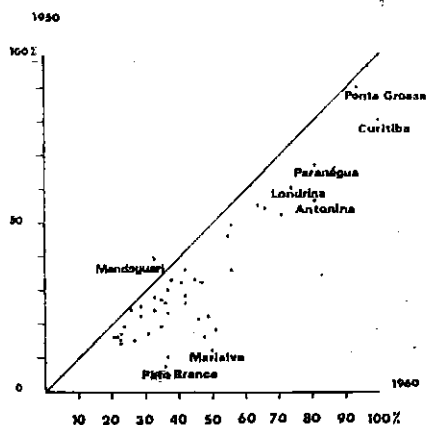
- 1 — a primeira categoria compreende as cidades que conheceram um aumento na sua taxa de urbanização;
- 2 — a segunda categoria representa as cidades cuja taxa de urbanização se manteve no mesmo nível;
- 3 — na terceira categoria grupamos aquelas cidades que acusaram uma diminuição de sua taxa de urbanização: o caso de Mandaguari (na zona fisiográfica do Oeste), cuja taxa de urbanização de 39,5% em 1950 cai para 33,3% em 1960 e de Pôrto Amazonas, pequeno centro que, com uma taxa de urbanização de 74,5 em 1950, não pode mais ser considerada como centro urbano em 1960, pois sua população passa a ser inferior a 2 000 habitantes.
- 4 — à quarta categoria pertencem os centros urbanos novos, criados depois de 1950, nas zonas de colonização recente notadamente e, aquêles cuja população não atingia a 2.000 naquela época.

As três primeiras categorias estão reproduzidas na figura 20. O ponto situado acima da bissetriz registra uma diminuição da taxa de urbanização (terceira categoria); os pontos situados abaixo da bissetriz indicam um aumento na taxa de urbanização: mais êles se distanciam da bissetriz, maior é o aumento da taxa; maior a distância entre o ponto e a origem, mais elevada é a taxa de urbanização.

Na primeira categoria encontramos as seguintes cidades:

CIDADES	Taxa de urbanização (%)	
	1950	1960
1 Antonina	56,3	81,6
2 Campo Largo	21,7	46,4
3 Curitiba	80,5	100,0
4 São José dos Pinhais	22,1	49,0
5 Irati	52,0	71,7
6 União da Vitória	48,7	68,1
7 Marialva	13,3	50,9
8 Maringá	18,8	51,0
9 Pato Branco	7,1	36,0
10 Apucarana	36,4	56,2
11 Astorga	10,5	37,8
12 Bela Vista do Paraíso	16,0	48,0

PARANÁ — TAXA DE URBANIZAÇÃO
1950 • 1960



FONTES: "Resultados do Recenseamento do Paraná, 1950"
"Censo Demográfico — Síntese Preliminar, 1960"

FIGURA 20.

Na segunda categoria estão agrupadas as seguintes cidades:

CIDADES	Taxa de urbanização (%)	
	1950	1960
1 Morretes	25,2	29,0
2 Paranaguá	67,6	81,4
3 Castro	35,3	45,2
4 Piraí do Sul	28,3	42,1
5 Rio Negro	54,2	66,4
6 Jaguariuva	49,1	56,6
7 Lapa	36,2	42,0
8 Palmeira	55,4	64,3
9 Ponta Grossa	90,6	94,3
10 Joaquim Távora	33,1	38,2
11 Siqueira Campos	32,0	41,0
12 Venceslau Brás	27,5	35,6
13 Imbituva	26,4	36,1
14 Prudentópolis	15,8	23,2
15 Rebouças	19,4	24,5
16 São Mateus do Sul	15,7	27,4
17 Foz do Iguaçu	24,9	33,3
18 Arapongas	46,0	55,7
19 Assaí	16,0	21,8
20 Bandeirantes	17,5	23,1
21 Cambará	30,4	37,0
22 Cambé	33,5	45,4
23 Centenário do Sul	24,4	26,1
24 Cornélio Procópio	26,6	42,8
25 Ibiporã	18,1	25,2
26 Jacarèzinho	23,6	37,2
27 Jaguapitã	14,9	23,0
28 Jandaia do Sul	17,2	31,0
29 Londrina	60,6	74,7
30 Porecatu	19,9	24,8
31 Ribeirão Claro	16,8	22,7
32 Rolândia	22,7	29,8
33 Santa Mariana	15,7	27,2
34 Sto. Antonio da Platina	19,4	35,6
35 Sertanópolis	18,1	27,5
36 Uraí	22,6	33,1
37 Guarapuava	32,9	47,4
38 Palmas	28,5	33,4

A quarta categoria é aquela dos centros urbanos que, em 1950 não possuíam ainda 2.000 habitantes e que nós classificamos como aglomerações rurais para aquela época. Assim, temos:

1	Guaratuba	43,1%	29	Ivaiporã	12,3%
2	Araucária	27,9%	30	Ivatuba	34,8%
3	Campo Comprido	32,1%	31	Nova Esperança	37,2%
4	Santa Felicidade	48,4%	32	Nova Londrina	45,4%
5	Piraquara	19,3%	33	Paraiso do Norte	25,9%
6	Carlópolis	21,2%	34	Paranavaí	64,3%
7	Ibaiti	23,0%	35	Peabiru	27,9%
8	Jundiá do Sul	26,1%	36	Pitanga	15,9%
9	Ribeirão do Pinhal	23,7%	37	São João do Caiuá	12,4%
10	Alto Paraná	23,1%	38	São Jorge	11,4%
11	Araruma	17,5%	39	São Pedro do Ivaí	26,5%
12	Campo Mourão	42,6%	40	Terra Boa	14,4%
13	Ubiratã	24,5%	41	Terra Rica	16,8%
14	Capanema	18,0%	42	Toledo	39,3%
15	Cascavel	13,0%	43	General Rondon	86,7%
16	Cianorte	15,8%	44	Amoreira	21,6%
17	Mariópolis	30,4%	45	Andirá	29,6%
18	Cruzeiro do Oeste	20,2%	46	Bom Sucesso	11,0%
19	Iporã	17,8%	47	Borrazópolis	13,2%
20	Umuarama	27,9%	48	Colorado	12,8%
21	Francisco Beltrão	8,9%	49	Congonhinhas	13,3%
22	Golô-Erê	41,4%	50	Faxinal	12,1%
23	Guaira	74,1%	51	Guaraci	23,0%
24	Terra Roxa do Oeste	36,6%	52	Itaguajá	19,9%
25	Laranjeiras do Sul	41,1%	53	Lupionópolis	24,4%
26	Loanda	29,1%	54	Nova Fátima	19,1%
27	Pôrto São José	98,0%	55	Primeiro de Maio	13,7%
28	Mandaguaçu	12,4%			

Dos 55 centros criados ou considerados como urbanos a partir de 1950, somente 9 estão localizados nas velhas zonas de colonização como: o Litoral (Guaratuba); a região de Curitiba (Araucária, Campo Comprido, Santa Felicidade, Piraquara) e Paraná Velho (Carlópolis, Ibaiti, Jundiá do Sul e Ribeirão do Pinhal).

O complemento dêste estudo deveria ser a análise das funções dessas cidades e da respectiva rede urbana; isto permitiria distinguir o urbano do "não-urbano", uma vez que, freqüentemente, as cidades nos países subdesenvolvidos "permanecem um dos termos da sociedade rural" [16].

Considerando a realidade atual do Estado do Paraná, é impossível (pelo menos neste estudo) fixar critérios para o estabelecimento de uma rede urbana válida. Podemos

perceber um embrião de rede urbana, em torno de três cidades: Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e, de uma maneira menos perceptível, no Paraná Velho e no Litoral (tendo Paranaguá como centro), zonas de velha colonização.

As mudanças rápidas sofridas pelas diferentes regiões do Paraná e a insuficiência estatística, constituem os obstáculos mais sérios para tal estudo.

De qualquer modo, podemos distinguir certas funções comuns à quase totalidade das cidades paranaenses:

- 1 — a função administrativa;
- 2 — as funções comerciais, industriais e bancárias, estreitamente ligadas e "dinamizadas" pelo setor primário, sobretudo pela agricultura;
- 3 — a função residencial (interessando sobretudo aos proprietários da terra).

A relação cidade-campo se estabelece à base da concentração, na cidade, dos produtos agrícolas em geral e alimentares em particular e pelo fornecimento de produtos manufaturados feitos pela cidade às populações rurais.

CONCLUSÃO

Os elementos que permitem distinguir as características da urbanização, são de difícil definição. É ainda mais difícil definir os pontos de vista do geógrafo e do economista face ao fenômeno de urbanização. Contudo, algumas idéias foram desenvolvidas com maior ou menor sucesso por economistas e geógrafos.

Considerando uma comunidade de pessoas, os economistas têm o hábito de distinguir as atividades "essenciais" daquelas "não essenciais" ("non basics" ou terciárias). Neste caso existe uma distinção mais funcional que descritiva, no sentido que os grandes centros industriais seriam super-urbanizados, uma vez que estariam usufruindo largamente dos serviços públicos (administrações, água, luz, esgoto, educação, saúde e outros) e ao mesmo tempo de uma organização do lazer; os pequenos centros, então, seriam sub-urbanizados. Seria necessário, portanto, um estudo profundo do aspecto social do funcionamento do centro, a fim de classificá-lo como urbano ou não. Vemos, assim, aparecerem concomitantemente duas opções: civilização do lazer e economia em escala (funcionamento social e funcionamento

econômico) que regulam o nível de atividade de um centro. É portanto útil saber qual o número de teares, salas de concertos, salas de reuniões esportivas, etc., existentes no centro; qual a sua freqüência em número, em qualidade.

Através dessas considerações obteremos os indicadores que permitem situar relativamente o nível de vida das pessoas, a organização da comunidade, etc. Com efeito, se as pessoas que habitam uma mesma cidade não aspiram a mais lazer, a mais conforto ou, se ainda não criaram outros hábitos "não-essenciais", não se sentirão frustradas face às insuficiências do meio: conservarão seu modo de viver, no caso do Paraná, agrícola.

Esta situação se manterá até o dia em que fatores exógenos vierem criar diversos sentimentos de frustração ou pressões na população. Entretanto, considerando as características do povoamento no Paraná, a formação dessa comunidade não estaria acompanhada desse sentimento de frustração, sobretudo naquelas zonas mais influenciadas pela imigração estrangeira?

Um estudo profundo das mudanças de comportamento seria interessante de ser realizado e suas conclusões seriam muito mais eficazes, sendo estabelecidas por um sociólogo, mais do que por um geógrafo ou economista. O geógrafo, contudo, poderia trazer sua contribuição, estudando os fluxos, as relações do espaço. A partir dessa análise, igualmente funcional, o geógrafo chegaria a estabelecer critérios que permitiriam distinguir o urbano do não urbano.

O economista, por sua vez, estudaria a influência de fatores exógenos, considerando, por exemplo, as trocas da região com o exterior: o volume e a qualidade dos bens entrados e saídos da região.

Nós vemos então, que um estudo sobre a urbanização engloba pontos de vista diversos, dada a complexidade do fenômeno.

NOTAS

- (1) A definição de cidade é um problema já bastante discutido. "La ville est avant tout définie par un certain paysage qui reflète à la fois ces fonctions et ces genres de vie et des éléments plus ténus mais inséparables de la notion de "ville". TRICART, 1963.
- (2) As treze reduções, segundo Romário Martins, eram: Loreto (1610), Santo Inácio Mini (1610), S. Xavier (1622), Encarnación (1624),

- São José (1625), São Miguel (1626), Santo Antônio (1627), São Paulo (1627), São Pedro (1628), Los Angeles (1628), São Tomé (1628), Concepción...
- (3) O estudo do elemento pioneiro foi realizado pelo professor Pierre Monbeig em "Pionniers et planteurs de São Paulo". Para o Paraná de hoje, as características apresentadas nesse trabalho permanecem válidas.
 - (4) 1 alqueire paulista = 2,42 ha.
 - (5) Deflatores calculados e publicados em "Caderno de Economia" n.º 3 da PLADEP. Curitiba, setembro de 1962.
 - (6) Neste estudo consideramos como fenômeno urbano as aglomerações (cidades e vilas) com mais de 2.000 habitantes.
 - (7) Chamamos cidades as sedes de municípios e as sedes de distritos com mais de 2.000 habitantes, muito embora, para a administração brasileira, mesmo as sedes de municípios com menos de 2.000 habitantes sejam consideradas cidades.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — ACCIOLY BORGES, Thomas Pompeu — "Rapports entre le développement économique, l'industrialisation et l'accroissement de la population urbaine au Brésil". — in Urbanisation en Amérique Latine, Actes du Stage sur les problèmes de l'urbanisation en Amérique Latine. Patrocinado pela ONU, CEPAL, UNESCO, OIT e OEA. Santiago (Chile), 6-18 de julho, 1959.
- 2 — BARTHELEMES, Arthur — "Interpretação do padrão de drenagem econômica no Estado do Paraná" — in Boletim Paranaense de Geografia, Vol. 1, n.º 1. Curitiba, 1960.
- 3 — BERNARDES, Lysia M. Cavalcanti — "O problema das frentes pioneiras no Estado do Paraná" — in Revista Brasileira de Geografia, Ano XV, n.º 3, IBGE-CNG, Rio de Janeiro, 1953.
- 4 — BIGARELLA, João José — "Esboço da geologia e paleogeografia do Estado do Paraná" — Boletim do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, n.º 29, Curitiba, 1954.
- 5 — CHAUNU, Pierre — "Urbanisation et croissance en Amérique Latine" — Cahiers de Sociologie Economique (Extrait du cahier n.º 10), Paris, maio, 1964.
- 6 — CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) SPL (Serviço de Planejamento, Engenheiros e Economistas Associados) — "O Paraná e a economia cafeeira" — Governo do Estado do Paraná, Secretaria da Agricultura, Rio de Janeiro, 1963.
- 7 — Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí — "Problemas de desenvolvimento, necessidades e possibilidades dos Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo" — São Paulo, 1958.
- 8 — FRANÇA, Ary — "A marcha do café e as frentes pioneiras" — Guia de excursão n.º 3. IBGE-CNG, Rio de Janeiro, 1960.
- 9 — FURTADO, Celso — "Formação econômica do Brasil". Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.
- 10 — ——— "Développement et sous — développement" — Presses Universitaires de France, Paris, 1966.
- 11 — ——— "Le Brésil". Esprit (revue), Paris, janeiro, 1966.
- 12 — GEORGE, Pierre — "Geografia Econômica" — Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.

- 13 ————— “Géographie Active” — Presses Universitaires de France, Paris, 1964.
- 14 — IBGE-CNE — “Anuário Estatístico do Brasil” Rio de Janeiro, 1961.
- 15 ————— — “Anuário Estatístico do Brasil” — Rio de Janeiro, 1965.
- 16 — LABASSE, Jean — “L'organisation de l'espace — Elements de géographie volontaire” — Hermann, Paris, 1966.
- 17 — LINHARES, Temístocles — “Paraná vivo” — Coleção Documentos Brasileiros — José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1953.
- 18 — MAACK, Reinhard — Mapa geológico do Paraná — Edição da Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná, Curitiba, 1963.
- 19 — MARTINS, Romário — “Quantos somos e quem somos — Dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná” — Empresa Gráfica Paranaense, Curitiba, 1964.
- 20 — MEDEIROS, Laudelino — “O processo de urbanização no Rio Grande do Sul” — Estudos Sociais, n.º 1, Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1959.
- 21 — MONBEIG, Pierre — “Pionniers et planteurs de São Paulo” — Armand Colin, Paris, 1952.
- 22 ————— “Novos estudos de Geografia humana brasileira” — Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1957.
- 23 — MÜLLER, Nice Lecocq — “Contribuição para o Estudo do Norte do Paraná” — Boletim Paulista de Geografia, n.º 22, AGB — SRSP, São Paulo, 1965.
- 24 — ONU — L'urbanisation en Amérique Latine — Rapport sur la situation sociale dans le monde — Nova York, 1957.
- 25 — PLADEP — Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná — Caderno de Economia, n.º 3, Curitiba, setembro, 1962.
- 26 — QUEIROZ FERNANDES, R. — “O êxodo rural e o desenvolvimento das áreas urbanas no Brasil” — Revista Brasileira dos Municípios Vol. 10, n.º 39,40, 1967.
- 27 — REISMANN, Leonard — “Una teoria sobre urbanización” — Seminário de Integracion Guatemalteca, 1965.
- 28 — ROMARIZ, Dora de Amarante — “Mapa de vegetação original do Paraná” — Revista Brasileira de Geografia, Ano XV, n.º 4, IBGE-CNG, Rio de Janeiro, 1963.
- 29 — TRICART, Jean — L'habitat urbain” (Fascículo II) — Centre de Documentation Universitaire, Paris, 1963.
- 30 — UNESCO — L'urbanisation en Amérique Latine — Actes du stage sur les problèmes de l'urbanisation en Amérique Latine” — Santiago (Chile), 6-18 de julho, 1959.
- 31 — VALVERDE, Orlando — “Planalto Meridional do Brasil” — Guia de excursão n.º 9, IBGE-CNG, Rio de Janeiro, 1967.
- 32 — WAIBEL, Leo — “Capítulos de geografia tropical e do Brasil” — IBGE-CNG, Rio de Janeiro, 1958.

* * *